

FACULDADE ASTORGA - PR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PEDAGOGIA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03
1. CONCEPÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA	06
2. JUSTIFICATIVA	10
3. FINALIDADES DO CURSO	14
4. OBJETIVOS DO CURSO	
5. PERFIL DO EGRESSO	19
6. ESTRUTURA E CONTEÚDO DO CURSO 6.1. Núcleo de Estudos Básicos 6.2. Núcleo de Aproveitamento e Diversificação de Estudos 6.3. Núcleo de Estudos Integrados 6.4. Duração do Curso 6.5. Componentes Curriculares 6.6. Matriz Curricular 6.7. Matriz Curricular do Curso de Pedagogia – Licenciatura 6.8. Adequação e Atualização das Ementas e Bibliografia das Disciplinas	22 24 24 26 27 29
7. METODOLOGIA DE ENSINO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO	86
8. ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS 8.1. Núcleo de pesquisa 8.2. Núcleo de Prática 8.3. Semana do Educador 8.4. Atividades Complementares 8.5. Seminário de Iniciação Científica 8.5.1.Concepção e Diretrizes da Iniciação Científica 8.5.2. Objetivos da Iniciação Científica 8.5.3. Políticas e Pressupostos para o planejamento de pesquisa	98 98 98 99 101 101
8.6. Estágios Supervisionados	109
	109 113

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto Político Pedagógico tem como propósito a transformação do Curso Normal Superior em Pedagogia, segundo as novas Diretrizes do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura, estabelecida na Resolução CP/CNE nº1, de 15 de maio de 2006, art. 11, (DOU nº 92, Seção 1, 16/5/2006, p.11).

Buscou-se compreender o significado e construção de uma prática escolar diferenciada, como propõe as legislações nacionais (LDB 9394/96 e PCN-EF, 1998) e estadual (Currículo Básico para a escola pública do Estado do Paraná, 1990), sob as novas DCN's do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura, que tem como objetivo a "formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na Modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos". O parágrafo único do art. 4 dispõe que as atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino englobando: planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da educação; de projetos e experiências educativas não-escolares; produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional em contextos escolares e nãoescolares.

O art. 14 complementando o art. 4 estabelece que o curso de Pedagogia destina-se também, à "formação de profissionais de educação para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional".

Neste contexto, buscou-se propiciar por meio de estudos teórico-práticos, a investigação e reflexão crítica a partir da compreensão das relações sócio-culturais nas quais as instituições educativas constroem sua identidade e estão inseridas, a formação dos professores e educadores em cursos superiores específicos tendo como objeto de estudos a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o lingüístico, o sociológico, o político, o econômico e cultural; visando ampliar a compreensão da relação educação-sociedade e suas repercussões sobre a práxis pedagógica.

Nesse sentido, o princípio norteador deste projeto objetiva superar as dicotomias, historicamente postas, contemplando um currículo que permita ao graduando de Pedagogia interagir com as diversas áreas do saber e pesquisa, como formas de articular e aprofundar temas de interesse, revisitando teoria e prática, e a produção de novos conhecimentos; o Ensino, com base nas teorias e procedimentos didático-metodológicos de extensão, permitindo aos alunos o contato com as iniciativas educacionais presentes dentro e fora do âmbito acadêmico, como suportes básicos para a elaboração e produção de trabalhos científicos. Essas áreas objetivam a formação do saber construído, baseado em critérios de cientificidade, que permita ao pedagogo junto ao mundo do trabalho de forma crítica e consciente, exercer sua cidadania profissional.

Cabe ressaltar que nos processos de formação docente existem inúmeras reflexões, pareceres e críticas, porém, conforme Boaventura S. Santos (1999) necessita-se pensar o futuro reconhecível, não apenas como prolongamento do passado, mas buscando-se alternativas viáveis e construentes.

Assim, nesse contexto, é que entende-se a relevância e necessidade do curso aqui apresentado – Pedagogia da FAAST, ressaltando-se que este Projeto Político Pedagógico é um documento de caráter dinâmico, possibilitando mudanças que estejam sempre de acordo com as necessidades de uma sociedade justa e igualitária.

1. CONCEPÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Os Cursos de Pedagogia em desenvolvimento no país configuraram-se, a partir da década de 80, em duas grandes tendências:

- a) Formação de profissionais habilitados à docência das disciplinas pedagógicas do Ensino Médio, a administração escolar, a supervisão escolar e orientações educacionais e, em alguns casos, à inspeção educacional;
- b) Licenciatura para o exercício do magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e/ou Educação Infantil.

Esta última tendência passou a ser dominante na década de 90, respondendo à crescente importância de prover formação em nível superior aos profissionais que atuariam nestes níveis de ensino.

Com o estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, instituíram-se os Institutos Superiores de Educação (ISE) e com eles o Curso Normal Superior. A criação dos Institutos Superiores de Educação acabou exacerbando o dualismo que caracterizou o modelo de licenciatura vigente. Apesar disso, demonstrou-se que os cursos de Pedagogia continuaram como espaço pioneiro no processo de formação dos profissionais da educação, professores e educadores infantis.

A concepção de profissional da educação faz-se necessário e fundamental para a compreensão contextualizada deste espaço formativo cujo eixo é o trabalho pedagógico escolar e não escolar, que tem na docência, compreendida como ato educativo intencional, o seu fundamento.

Atualmente o curso de Pedagogia abre espaço para se pensar e propor uma concepção de formação articulada e integrada para todos os professores, cuja ação de docente suponha:

- a) sólida formação teórica e interdisciplinar no que se refere aos fundamentos históricos, políticos e sociais dos sujeitos e das sociedades, bem como o domínio dos conteúdos a serem tratados na escola e em outras áreas que permitam a apropriação, o uso e a disseminação do conhecimento atual e integrado;
- b) integração entre teoria e prática num processo de ação-reflexão-ação constante e intermitente;
- c) capacitação para a organização do trabalho pedagógico na escola e seus diversos níveis e, em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos;
- d) trabalho coletivo e interdisciplinar numa ação educativa, com compromisso e responsabilidade social e ação transformadora.

Oportuno ressaltar que as possibilidades de formação do Curso de Pedagogia são amplas e que as instituições formadoras devem ter claras as áreas que priorizarão. A Faculdade Astorga-Pr. atendendo a demanda local e regional tem ofertado o Curso de Normal Superior desde o ano de 2002, cuja principal área de formação é a docência para o magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e

da Educação Infantil, onde a relação teoria e prática é entendida como eixo articulador da produção do conhecimento e da dinâmica curricular.

De acordo com a Resolução CP/CNE nº 1/2006, art 11, busca-se através deste Projeto Político Pedagógico introduzir as alterações pertinentes para a implantação do Curso de Pedagogia — Licenciatura, contemplando a formação docente de acordo com as novas DCN's, habilitando o profissional a ser formado nos cursos de Pedagogia no que se refere a atuação no ensino, na organização e gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação, e em outras áreas que sejam previstos tais conhecimentos.

Sublinha-se ainda que, na sua complexidade e atendendo a escola no seu caráter democrático, mediador e globalizador, o professor/educador egresso do Curso de Pedagogia da Faculdade Astorga deverá ser capaz de: exercer a docência e outras práticas educativas que a formação acadêmica deve oportunizar, pesquisando e discutindo coletivamente os fundamentos teórico-práticos em disciplinas específicas de sua área de formação; compreendendo e atuando frente às dinâmicas sócio-educativas da organização escolar, sem, no entanto deixar de apresentar visão e compreensão adequadas da organização escolar em sua totalidade bem como das políticas que a regem.

Neste sentido, a Reformulação do Projeto Político Pedagógico em sua gênese, deve contemplar:

- valorizar a força humana motriz dos processos educantes;
- estimular o renascimento das artes e da espiritualidade nos grupos educativos;

desencadear processos de valorização do meio ambiente e da qualidade de vida
 do homem no planeta, nos espaços sócio-culturais e políticos de convivência,
 desde o princípio das relações que se dão nas instituições educativas.

Estes são valores situacionais que, em acordo com as megatendências mundiais contemporâneas, deverão ser considerados e observados pela IES local, como norteadores do eixo educativo pró-ativo, quando se pretende contemplar o conhecimento e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) contemporâneas, mas, acima de tudo, o próprio homem e seu processo de desenvolvimento integral e integrado no processo histórico.

Deter o conhecimento e trabalhar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), pode vislumbrar possibilidades, ditar tendências, porém, estimular o desenvolvimento integral de pessoas, de professores e de profissionais da educação humanizados e contextualizados é fundamental no Curso de Pedagogia da FAAST. Para tanto sustenta-se tal processo em alguns elementos considerados como primordiais para tal formação profissional:

- valorização da dimensão da produção e da gestão da aprendizagem como fatores intrínsecos e centrais no desenvolvimento do curso visando a formação do professor/educador como um agente transformador atuante em sua realidade sócio-política e cultural;
- desenvolver trabalhos de Pesquisa, ensino e extensão, em todos os níveis e modalidades na formação do educador reflexivo, crítico e ativo para atuar como agente transformador, possibilitando formação inicial e continuada, visando atender as demandas advindas da comunidade acadêmica e da sociedade em geral;

- Possibilitar condições para a produção científica relativa ao Ensino, Pesquisa e
 Extensão, tanto docentes, como discentes e para os servidores técnico-administrativos;
- Produzir e socializar o conhecimento acadêmico e outras manifestações culturais;
- estimular à valorização da condição humana, as relações e os conflitos, buscando estabelecer valores comuns, estimular a interdependência e o interdiálogo, e o estilo do "fazer conjunto" como base da formação humana aos profissionais professores/educadores egressos do curso de Pedagogia da FAAST.

2. JUSTIFICATIVA

Na atualidade, a legislação educacional e a LDB 9394/96, determinam que os Pedagogos para atuarem na Educação Básica (Art.21-LDB), sejam formados em curso superior de graduação plena, admitindo como formação mínima para professores da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, o Ensino Médio na modalidade Normal. As novas Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia - Licenciatura (Resolução CNE/CES - 01/2006), prevêem a extinção das habilitações do curso e oportunizam as instituições de ensino superior que oferecem o Curso Normal Superior a oportunidade legal de sua transformação em Curso de Pedagogia – Licenciatura, através da elaboração de um novo Projeto Político Pedagógico para o curso a ser aprovado pelos órgãos competentes do MEC. Aos alunos egressos destes dois cursos é permitida a complementação dos estudos no que diz respeito a docência, e, esta mesma legislação orienta que as instituições poderão optar por "introduzir alterações decorrentes do novo projeto pedagógico para as turmas em andamento, respeitando-se o interesse e direito dos alunos matriculados." (§ 3°- Art. 11 Res. 01/CNE/CES-2006), o que deverá ocorrer de modo tranquilo e sem traumas ou rupturas no processo de formação do alunado envolvido nos referidos procedimentos.

O Curso Normal Superior da Faculdade Astorga - FAAST, encaixa-se nessa situação e apresenta o seu novo Projeto Político Pedagógico para sua substituição de Curso Normal Superior para Curso de Pedagogia – Licenciatura e, consultados os acadêmicos do atual Curso Normal Superior em andamento, houve unanimidade no acatamento das reformulações que esta modificação definir através de seus órgãos colegiados, não só de modificabilidade da carga horária, como a de

acréscimo de novas disciplinas em sua matriz curricular, mais voltadas à especificidade de formação, exigindo-se também ampliação e modificação dos ementários, voltando-se às exigências legais e necessárias à uma excelente formação profissional de seus egressos, aprovados pelo Conselho de Cursos da Instituição conforme atas em anexo.

Desta forma, o Projeto Político Pedagógico aqui apresentado, atenderá as novas Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia - Licenciatura, ofertando atividades determinadas em sua Matriz Curricular que se destinaram de acordo com o art. 4° da Resolução n° 01/06-CNE/CES "a formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos Cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos".

O presente Projeto Político Pedagógico - PPP - que transforma o curso Normal Superior em curso de Pedagogia - Licenciatura, no âmbito da Faculdade Astorga, foi aprovado por todas as instâncias deliberativas da Instituição, conforme Atas da Resolução da Direção e da Mantenedora em anexo.

O Conselho Nacional de Educação – CNE – em deliberações legais anteriores definiu os Institutos Superiores de Educação - ISES - como centros formadores, disseminadores, sistematizadores e produtores do conhecimento referente ao processo de ensino e aprendizagem relacionado à Educação Básica., a saber , Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (Art. 21 – LDB 9394/96). Tendo esta definição como norteadora de seus trabalhos, a FAAST desenvolverá suas atividades obedecendo a essas premissas e ofertará, de imediato e na seqüência das atividades de formação - as seguintes modalidades de cursos:

- Curso Pedagogia Licenciatura (objeto deste PPP);
- Outros cursos de Licenciatura destinados à formação complementar
 e continuada, de Docentes para os Anos Finais do Ensino
 Fundamental e para o Ensino Médio (em fase posterior voltados às
 necessidades locais e regionais do âmbito educacional);
- Programas de formação continuada, destinados à atualização de profissionais da educação básica nos diversos níveis, em nível de extensão e / ou especialização;
- Programas especiais de formação pedagógica, destinados a portadores de diploma de nível superior que desejem ensinar nos anos finais do ensino fundamental ou no ensino médio, em áreas de conhecimento ou disciplinas de sua especialidade;
- Formação pós-graduada de caráter profissional, voltada para a atuação na área da Educação Básica (Art. 21, LDB 9394/96).

O Curso de Pedagogia que se propõe na FAAST é definido por uma preparação integradora fruto da reflexão dos conteúdos específicos da formação do docente e do profissional que atuará em áreas onde o seu conhecimento pedagógico seja exigido. O pedagogo/educador tem um papel definido e historicamente significativo devendo por isso ter uma formação bastante complexa e multidisciplinar, na qual se disponibilizem discussões sobre os temas atuais no campo das Ciências Humanas, da Filosofia, da Arte, dos fundamentos da Educação e das metodologias de ensino que compõem as áreas do aprendizado. Essas discussões devem permitir o avanço em direção a problematização da realidade

sócio – cultural mais ampla. Por isso é necessário que o pedagogo cada vez mais desenvolva sua capacidade de analisar criticamente buscando através da pesquisa informações em fontes diversificadas e alternativas. Essas atividades devem propiciar ao profissional a capacidade de tomar decisões adequadas às diferentes situações e realidades sociais e econômicas, bem como, de atuar em escolas ou fora delas com autonomia e capacidade para tomar decisões frente às dificuldades com apresentação de soluções competentes e criativas no campo educativo formal e não formal.

3. FINALIDADES DO CURSO

A atual legislação educacional brasileira e a LDB 9394/96 determinam o papel que o pedagogo/educador deverá desempenhar no processo ensino-aprendizagem, especialmente na concretização da Proposta Político Pedagógica da IES que a propõem.

Dentro dessa linha, as finalidades do curso proposto se referem a profissionalização de professores/educadores para atuarem na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, capazes de abordarem enfoques interdisciplinares e multidisciplinares de acordo com as políticas educacionais do país, desempenhando funções como docente nos cursos de ensino médio, na modalidade Normal e mais o desempenho profissional na área de serviços de apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, conforme determinam as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Resolução 01/06-CNE/CES).

O Curso se caracteriza pelo cuidado em oferecer, desde o início, a prática de ensino concomitante à formação profissional para que o aluno tenha vivência em sala de aula e de apoio pedagógico ao mesmo tempo em que mantém contato com a dinâmica escolar em todos os seus aspectos. Possibilita a articulação de teorias e práticas com a Proposta Pedagógica da escola, em seus campos de ação (Estágio Supervisionado e as Atividades Complementares), desde o início do curso, fazendo com que o processo ensino aprendizagem se complete numa perspectiva integradora entre teoria e prática, entre o dizer e o fazer, entre o aprender e o agir, entre o discurso pedagógico e ação prática docente.

A FAAST e sua mantenedora propiciam através das disciplinas e atividades desenvolvidas no Curso de Pedagogia proposto, condições para o prosseguimento de estudos e a capacitação e criatividade necessárias, fazendo com que os atividades egressos exerçam com competência, que envolvem 0 Pedagogo/educador em salas de aulas de diferentes níveis e em outras situações de ensino – aprendizagem, em instituições de ensino formais e não formais e em quaisquer atividades que, no amplo espaço sócio-cultural de abrangência da FAAST, requeiram a ação educativa de tais profissionais, sempre referendando sua especificidade docente.

Com esses propósitos amplia-se o papel do profissional da educação como também o da própria escola, colocados ambos como elementos dinâmicos plenamente integrados na vida da comunidade na qual se insere o curso e a IES, ou seja, o município de Astorga- Pr e adjacências.

4. OBJETIVOS DO CURSO

Os objetivos do Curso de Pedagogia da Faculdade Astorga são aqueles previstos no artigo 4º da Resolução CP/CNE nº 1/2006, o qual antevê a formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos Cursos de Ensino Médio, na Modalidade Normal, de Educação Profissional na Área de Serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Dispõe ainda em seu parágrafo único que as atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino. Neste processo engloba:

- planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da educação;
- planejamento, execução coordenação acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não escolares;
- produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares;

Propiciar ao profissional uma formação que deva assegurar a aquisição de conhecimentos sobre o desenvolvimento humano construído em relações sociais, étnico-raciais e na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes ao processo de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo.. Neste processo objetiva-se:

proporcionar aos acadêmicos formação teórico-metodológica com base nos pressupostos filosóficos, históricos, psicológicos, antropológicos, ambiental-ecológico, o lingüístico, o sociológico, o político, o econômico e o cultural da

- educação, contribuindo para uma aprendizagem que articule a formação com as demandas da realidade escolar da sociedade contemporânea;
- propiciar aos acadêmicos oportunidades de realizar transposição didática através de situações-problema que os confrontem e os levem à ação/ reflexão ação, partindo dos conhecimentos elaborados no seu fazer pedagógico;
- possibilitar ao acadêmico a compreensão das bases teóricas do planejamento de ensino, sem imposições de correntes doutrinárias, para posterior aplicação em sua vida profissional;
- integrar as dimensões teórico-práticas na referida formação através dos estágios, dos trabalhos de conclusão de curso. das atividades previstas no currículo do curso, entendidos como um complementares espaço de observação/integração, observação participativa e docência investigação/ação, compartilhada, exercício de articulando no os conhecimentos adquiridos nas diferentes disciplinas e na prática pedagógica.

4.1. REGIME DO CURSO

Na transformação do Curso Normal Superior para Pedagogia, optou-se pelo Regime Semestral, de acordo com a grade Curricular a ser publicada em DOU.

Número de vagas anuais: Respeita-se o número de vagas originalmente autorizadas para o Curso Normal Superior, ou seja, 50 diurnas e 150 noturnas, preservando-se o direito dos estudantes que ingressaram antes deste PPC.

Turnos de funcionamento: Diurno e noturno.

Tamanho das turmas: Turmas de 50 alunos em aulas teóricas e 25 alunos em aulas práticas.

Prazos para integralização curricular: 04(quatro) anos no mínimo e 07(sete) anos no máximo.

5. PERFIL DO EGRESSO

O Curso de Pedagogia da Faculdade Astorga compreende que o profissional egresso deve ser possuidor de determinadas características que permitirão sua inserção no mundo sócio-político, econômico, cultural e pedagógico das instituições/organizações escolares e não escolares contemporâneas.

Partindo das crenças e valores que norteiam a missão do Curso de Pedagogia, considera-se importante que o profissional, ao concluir o curso, possua as seguintes capacidades/características básicas:

- a) o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;
- b) a pesquisa, a análise e aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional:

- c) a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino;
- d) Estar apto a atuar com ética, e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- e) compreender, educar e cuidar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- f) fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportun9idade de escolarização na idade própria;
- g)trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- h) reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- i)aplicar modos de ensinar diferentes linguagens, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- j) relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- k) promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

I)identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa, e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para a superação de exclusões sociais, étnicoraciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

m)demonstrar consciência da diversidade, respeitando,as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

- n) desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento:
- o) participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não escolares;

p)realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

- q)utilizar, com propriedade,instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- r) estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

Apesar de haver uma compreensão de que estas características são dificilmente alcançadas em conjunto, considera-se que tê-las como (características)

desejadas é fundamental para orientar todas as ações dos docentes no decorrer do curso, de modo a permitir que se desenvolvam as competências e habilidades esperadas.

Neste intuito, o perfil proposto para os egressos do Curso de Pedagogia enfocará os seguintes aspectos:

"Profissionais capacitados a reconhecer oportunidades e identificar problemas educacionais, compreendendo as questões pedagógicas, apresentando flexibilidade intelectual nos mais variados campos da ação educativa, aptos à aplicar o conhecimento no processo de tomada de decisão, conscientes implicações pedagógicas, sociais, políticas, legais e éticas do seu exercício profissional".

6. ESTRUTURA E CONTEÚDO DO CURSO

A estrutura do Curso de Pedagogia – Licenciatura, respeitadas a diversidade nacional e autonomia pedagógica da Faculdade Astorga – FAAST, conforme estabelece a Res. Nº 01/CNE/CES-2006 Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura , organiza o conjunto de conhecimentos mínimos indispensáveis à formação do Pedagogo com base em três núcleos (art.6°):

- . Núcleo de Estudos Básicos;
- . Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos; e
- . Núcleo de estudos integradores.

6.1 NÚCLEO DE ESTUDOS BÁSICOS

O núcleo de estudos básicos, sem perder de vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, assim como por meio de reflexão e ações críticas articulará:

- a) aplicação de princípios, concepções e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, com pertinência ao campo da Pedagogia, que contribuam para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;
- b) aplicação de princípios da gestão democrática em espaços escolares e
 não escolares:
- c) observação, análise, planejamento, implementação e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais, em ambientes escolares e não escolares:
- d) utilização de conhecimento multidimensional sobre o ser humano, em situações de aprendizagem;
- e) aplicação, em práticas educativas, de conhecimentos de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial;
- f) realização de diagnóstico sobre necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade, relativamente à educação, sendo capaz de considerá-lo nos planos pedagógico e de ensino-aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;
- g) planejamento, execução e avaliação de experiências que considerem o contexto histórico e sociocultural do sistema educacional brasileiro, particularmente,

no que diz respeito à Educação Infantil aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e à formação de professores e de profissionais na área de serviço e apoio escolar;

- h) estudo da Didática, de Teorias e metodologias pedagógicas, de processos de organização do trabalho docente;
- i) decodificação e utilização de códigos de diferentes linguagens utilizadas por crianças, além do trabalho didático com conteúdos pertinentes aos primeiros anos de escolarização, relativos à Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, Artes, Educação Física;
- j) estudo das relações entre educação e trabalho, diversidade cultural,
 cidadania, sustentabilidade, entre outras problemáticas centrais da sociedade
 contemporânea;
- k) atenção às questões atinentes à ética, à estética e à ludicidade, no contexto do exercício profissional, em âmbitos escolares e não-escolares, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;
- I) estudo, aplicação e avaliação dos textos legais relativos à organização da educação nacional;

6.2 NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIDADE DE ESTUDOS

O núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos, voltado as áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico e atendendo as diferentes demandas sociais, oportunizará entre outras possibilidades:

a) investigações sobre processos educativos e gestoriais, em diferentes situações institucionais: escolares, comunitárias, assistenciais, empresariais e outras;

- b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
- c) estudo, análise e avaliação de teorias da educação, a fim de elaborar propostas educacionais consistentes e inovadoras.

6.3 NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES

O núcleo de estudos integradores proporcionará enriquecimento curricular e compreende participação em:

- a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica,
 monitoria e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição de educação superior;
- b) atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
 - c) atividades de comunicação e expressão cultural.

A integralização de estudos será efetivada por meio de:

a) disciplinas, seminários e atividades de natureza predominantemente teórica que farão a introdução e o aprofundamento de estudos, entre outros, sobre teorias educacionais, situando processos de aprender e ensinar historicamente em diferentes realidades socioculturais e institucionais que proporcionem fundamentos para a prática pedagógica, a orientação e apoio a estudantes, gestão e avaliação de projetos educacionais, de instituições e de políticas públicas da Educação;

- b) práticas de docência e gestão educacional que ensejem aos licenciados a observação e acompanhamento, a participação no planejamento, na execução e na avaliação de aprendizagens, do ensino ou de projetos pedagógicos, tanto em escolas, como em outros ambientes educativos;
- c) atividades teórico-práticas envolvendo o planejamento e o desenvolvimento progressivo do Trabalho de Curso, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da Instituição (FAAST) decorrentes ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários.
- d) atividades complementares eventos científico-culturais, estudos curriculares, de modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências, entre outras, e opcionalmente, a educação de pessoas com necessidades especiais. Projetos em organizações não-governamentais, escolares e não –escolares públicas e privadas;
- e) estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, de modo assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliam e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências:
- a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente;
- b) nas disciplinas pedagógicas dos Cursos de Ensino Médio, na Modalidade
 Normal;
 - c) na Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar;
 - d) na Educação de Jovens e Adultos;

e) na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos;

f) em reuniões de formação pedagógica.

6.4.DURAÇÃO DO CURSO

O Curso de Pedagogia da Faculdade Astorga terá a carga horária mínima de 3.308 horas de efetivo trabalho acadêmico, assim distribuídas:

- a) 2.808 horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas à bibliotecas e centros de documentação, visitas à Instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferentes natureza, participação em grupos cooperativos de estudos;
- b) 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado, prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas; tais como Educação de Jovens e adultos e outras;
- c)100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria:
- d) 100 horas de atividades complementares eventos científico-culturais, estudos curriculares, e Projetos realizados em organizações não-governamentais, escolares e não-escolares públicas e privadas.

6.5.COMPONENTES CURRICULARES

Disciplinas agrupadas por núcleo de fundamentação.

A) Núcleo de Estudos Básicos

- Antropologia e Educação
- Filosofia e Educação
- História e Educação
- Psicologia da Educação e Teorias da Aprendizagem
- Sociologia da Educação
- Metodologia da Pesquisa em Educação
- Didática
- Fundamentos da Educação Infantil
- Organização do trabalho pedagógico em Escolas da Educação Infantil
- Conteúdos e metodologia do Ensino da Língua Portuguesa
- Conteúdos e Metodologia do Ensino da Matemática
- Conteúdos e metodologia do Ensino de Ciências
- Conteúdos e Metodologia do Ensino de História e Geografia
- Fundamentos, métodos e processos de alfabetização
- Legislação e Políticas Educacionais
- Fundamentos da Educação Especial
- Educação de Jovens e Adultos
- Conteúdos e Metodologia do Ensino de Educação Física
- Conteúdos e Metodologia do Ensino de Artes
- Educação, Profissão e Ética
- Fundamentos e Metodologia da Educação Profissional
- Educação e Tecnologia

B) Núcleo de Aprofundamento de Estudos:

Atividades teórico-práticas

- Leitura e Produção Textual
- Gestão Escolar e Planejamento Educacional
- Coordenação do Trabalho Escolar
- Literatura Infanto-juvenil
- Currículo e Temas Transversais
- Pedagogia nas Instituições
- Projetos Interdisciplinares

C) Núcleo de Estudos Integradores

- Estágio Supervisionado em Educação Infantil
- Estágio Supervisionado nos anos iniciais do Ensino Fundamental
- Estágio Supervisionado em Gestão Pedagógica
- Estágio Supervisionado nas Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio (Normal)
- Metodologia e Prática em Educação Especial
- Trabalho de Conclusão de Curso
- Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos

6.6. MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular que se propõe desenvolver no Curso ao longo de 04 (quatro) anos (8 semestres letivos com um total de 3308 horas, sendo 2808 h de disciplinas e atividades formativas, complementadas pelas 300 horas de Estágio Supervisionado, pelas 100 horas de Atividades Complementares e pelas 100 horas de atividades teórico-práticas, conforme o previsto no Item I, Art. 7º da Resolução nº I CNE/CES-2006

FACULDADE ASTORGA - PR

6.7. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

SEM.	DISCIPLINAS	Cr.	CH
SEIVI.			
	Filosofia e Educação I	04 04	72 72
10	História e Educação I	_	
_	Antropologia e Educação	04	72 72
Semestre	Leitura e Produção Textual	04	72 72
	Psicologia da Educação	04	72 260
	TOTAL	20	360
	Filosofia e Educação II	04	72
	História e Educação II	04	72
2º	Sociologia e Educação I	04	72
Semestre	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	04	72
	Metodologia da Pesquisa em Educação I	02	36
	Fundamentos do Ensino Fundamental I	02	36
	TOTAL	20	360
	Metodologia da Pesquisa em Educação II	02	36
	Legislação e Políticas Educacionais I	04	72
3°	Fundamentos do Ensino Fundamental II	02	36
_	Sociologia e Educação II	04	72
Semestre	Fundamentos, Métodos e Processos de Alfabetização I	04	72
	Fundamentos da Educação Infantil I	02	36
	Educação e Tecnologia	02	36
	TOTAL Didática I	20	360
	Didática I	02 04	36 72
	Conteúdos e Metodologia do Ensino da Matemática I	04	12
4°	Conteúdos e Metodologia do Ensino da Língua	04	72
Semestre	Portuguesa I	04	72 72
Semestre	Fundamentos, Métodos e Processos de Alfabetização II Legislação e Políticas Educacionais II	04	72 72
	Fundamentos da Educação Infantil II	02	36
	TOTAL	20	360
	Conteúdos e Metodologia do Ensino de Matemática II	20	300
	Didática II	04	72
	Conteúdos e Metodologia do Ensino de Língua	04	72 72
	Portuguesa II	07	12
	Educação de Jovens e Adultos I	04	72
	Gestão Escolar e Planejamento Educacional I	02	36
5°	Organização do Trabalho Pedagógico em Escolas da	02	36
Semestre	Educação Infantil I	02	30
	Estágio Supervisionado I	02	36
	Pesquisa Pedagógica I	01	18
	Prática de Estágio Supervisionado I	01	18
	TOTAL	-	75
		20	435

	Educação de Jovens e Adultos	02	36
	Organização do Trabalho Pedagógico em Escolas da		
	Educação Infantil II	02	36
	Fundamentos da Educação especial	04	72
	Conteúdos e Metodologia do Ensino de História e		
6°	Geografia	04	72
Semestre	Conteúdos e Metodologia do Ensino de Ciências	04	72
	Gestão Escolar e Planejamento Educacional II	02	36
	Estágio Supervisionado II	01	18
	Pesquisa Pedagógica II	01	18
	Prática de Estágio Supervisionado II		75
	TOTAL	20	435
	Conteúdos e Metodologia do Ensino de Artes	03	54
	Conteúdos e Metodologia do Ensino de Educação		
	Física	03	54
	Literatura Infanto-Juvenil	02	36
7 °	Currículo e Temas Transversais	04	72
Semestre	Coordenação do Trabalho Escolar	04	72
Semestre	Educação, Profissão e Ética	02	36
	Pesquisa Pedagógica III	01	18
	Estágio Supervisionado III	01	18
	Prática do Estágio Supervisionado III	-	75
	TOTAL	20	435
	Fundamentos e Metodologia da Educação Profissional	04	72
	Projetos Interdisciplinares	03	54
	Metodologia e Prática em Educação Especial	01	18
8°	Pedagogia nas Instituições	04	72
Semestre	Estágio Supervisionado IV	01	18
oemesti e	Libras	02	36
	Pesquisa Pedagógica (TCC)IV	01	18
	Prática do Estágio Supervisionado IV	-	75
	TOTAL	16	363
	TOTAL DA CARGA HORARIA DO CURSO		
	Disciplinas Obrigatórias		2808
	Estágio Supervisionado		300
	Atividades teórico práticas e Atividades		000
	Complementares		200
	TOTAL		3.308

6.8. ADEQUAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS DAS DISCIPLINAS

1° ANO

1° SEMESTRE

EMENTAS

FILOSOFIA E EDUCAÇÃO I:

4/72h

EMENTA

 Estudo do pensamento filosófico sobre a natureza da sociedade e da educação nos modos de produção escravista, feudal e capitalista, priorizando, na modernidade, o desenvolvimento do liberalismo e do materialismo histórico, bem como as teorias educacionais surgidas nesses períodos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, M.L.A., MARTINS, M.H.P. Filosofando - introdução à Filosofia. 3° ed. São Paulo: Moderna, 2003.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. 13° ed. São Paulo: Ática, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADORNO, T. W. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1995, cap. 8. _.

ARISTÓTELES. Política. Brasília: UNB, 1978; ou Os Pensadores, Editora Abril.

CHAUI, Marilena. Convite á Filosofia. São Paulo: Ática, 1999.

EPICURO. Cartas sobre a felicidade (Ameneceu). São Paulo: UNESP,2002.

HESÍODO. Os trabalhos e os dias. São Paulo: Iluminuras, s/d.

HOMERO. Ilíada. Vol. I. São Paulo: Editora Mandarin, 2001.

JAEGER. Werner. Paidéia. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MARX, K. O Capital Rio de Janeiro : Civilização Brasileira

PLATÃO, A república. Livo VII. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SANTO AGOSTINHO. As confissões. São Paulo: Abril Cultural, 1973

, A cidade de Deus. Petrópolis: Vozes, s/d

ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO:

4/72h

EMENTA

diferencas.

A disciplina reflete criticamente sobre o surgimento do homem e a instauração do mundo humano pela transformação do meio e de si próprio; a função da imaginação criadora e da razão ordenadora, a importância da linguagem, do conhecimento e da tecnologia, do universo sócio-cultural e suas ambigüidades. Estudo do conceito de cultura e da evolução humana. Os mitos, a religião e o papel da arte como elementos de educação e de coesão social. O pluralismo cultural e as identidades sociais. Diversidade na Educação: a valorização das

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALLEIRO, E. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

MONDIN, Battista. O homem: quem é ele? Elementos de antropologia filosófica. São Paulo: Paulinas, 1980.

TEDRUS, D. A. S. A relação adulto-criança: um estudo antropológico em creches e em escolinhas de Campinas. Campinas: Área de publicações CMU/UNICAMP, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR, C.M. Educação, Cultura e Criança. Campinas, SP: Papirus, 1994.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura, um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, (1998)

QUINN, Daniel Ismael. Um romance da condição humana. São Paulo: Petrópolis, 1998

TRINDADE, Azoilda Loretto da. O racismo no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: FGV/

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO:

4/72h

EMENTA

- 1 A ciência psicológica e sua importância seu objetivo de estudo conforme as diferentes correntes teóricas: psicanalíticas comportamentalista, cognitiva, ambientalista, maturacionista, e sua áreas de aplicação, ênfase na área educacional.
- 2- Psicologia e a educação informal e não escolar
- 3- Psicologia e educação escolar ou psicologia educacional.
- 4- O que é aprendizagem, conceitos e proposições conforme as diferentes correntes e/ ou autores: Freud, Skinner, Roger, Piajet, Vigotsky.
- 5- Contribuições da psicologia escolar para a educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PIAGET.J..

Educar para o futuro.RJ:Fundação Getulio Vargas,1974.

VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. SP: Martins Fontes, 1978.

DUARTE, Newton, Vigotsky e o "Aprender a Aprender". Crítica às apropriações Neoliberais e Pós Modernos da Teoria Vigotskyana. 2 ed.: Ver : E amp. Campinas. SP. Autores Associados 2001.Coleção Ed. Contemporânea

LEONTIEV. A.Psicologia e Pedagogia: bases psicológicas da Aprendizagem e do desenvolvimento Lisboa, Estampa 1991

LEONTIEV. A. O Desenvolvimento do Psiguismo, Editora Moraes.

LURIA.AR. Curso de Psicologia Geral. Volumes I, II, III,IV. Universidade Popular. Global

LURIA AR. Linguagem e desenvolvimento intelectual na criança. Porto Alegre, artes médicas, 1987.

LURIA AR. Vygotsky,LS. Estudos sobre a História do indivíduo O Macaco, O Primitivo e a Criança. Artes Médicas.

TULESKI. Silvana Calvo.Vygotysky: A construção de uma psicologia marxista. Maringá EDUEM 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LA TAILLE, Yves Teorias Psicossomáticas em discussão: Piaget, Vygotskye Wallon. São Paulo SUMUS, 1992.

SHULTZ, Duane, SHULTZ, Sydeney, História da Psicologia Cultrix **FILMES:**

Sociedade dos Poetas Mortos; Guerra e Fogo; O Enigma de Kasper House

HISTÓRIA E EDUCAÇÃO I:

4/72h

EMENTA

Síntese histórico-crítica do pensamento pedagógico das sociedades primitivas até o século XIX, com evidência nos objetivos, conteúdos e procedimentos adotados em cada período.

Análise da sociedade capitalista desde seu período de consolidação até o século XXI, bem como do encaminhamento da educação neste período.

-história das instituições educacionais no ocidente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

CAMBI, Franco, História da Pedagogia, tradução de Álvaro Lorencini, São Paulo: Editora UNESP, 1999.

GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas. São Paulo: Ática, 1993.

HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. Ed. LTC. S/d

HUBERT, R. **História da pedagogia**. São Paulo: Ed. Nacinal, 1979. MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da Antigüidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez. 1989.

ROMANELLI, Otaisa de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930-1973) Petrópolis: Vozes 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GILES, Thomas Ronsonm. **História da educação**. São Paulo: Ática, 1986 JAEGER, W. **Paidéia**. São Paulo: Ed. Herder, s/d.

LUZURIAGA, L. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Ed. Nacional, 1969.

MARROU, H. I. **História da educação na Antigüidade**. São Paulo: Herde, 1957. PLATÃO. **A República**. São Paulo: Hemus, 1970.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, Ideologia e Contra – Ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.

PERIÓDICOS

Jornais diversos, Revista História Viva.

FILMES

O nome da Rosa

A missão e outros.

LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL:

4/72h

EMENTA

.

- -Desenvolvimento de habilidades de leitura e de produção textual. Priorizando gêneros: resenha, parecer descritivo e literatura.
- -português coloquial (como se fala) e norma culta (como se escreve);
- -Sintaxe: frase, oração, período, parágrafo. Textos referenciais do uso da norma culta.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerências textuais. São Paulo:: Ática, 1991 FREIRE, P. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 1987.

GERALDI, J. W. O texto na sala de aula. Cascavel, Paraná: Pontes, 1984. 2.ed.

. Portos de Passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

KOCH, Ingedore Villaça. O texto e a construção dos sentidos. SP. Contexto.

KOCH, Iv> A Coesão textual. SP. Contexto, 1989.

MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa. Brasília: Secretaria da Educação Fundamental, 1998.

MEC. Projeto Pró-leitura na formação do professor. Brasília: Secretaria da Educação Fundamental, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ORLANDI, Eni P. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso, 2ª ed. Campinas. SP. Martins Fontes, 1987.

POSSENTI, Sírio, Porque (não) ensinar gramática na escola. Campinas. Mercado de Letras, 2000.

SILVA, Ezequiel T. da. Da Leitrura do Mundo `leitura da palavra. In. Estado de Leitura. Campinas SP: Mercado das Letras, 1999.

ZILBERMAN, R. Leitura em crise na escola: as alternativas do professor. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

2° SEMESTRE

EMENTAS

FILOSOFIA E EDUCAÇÃO II:

4/72h

EMENTA

A disciplina visa introduzir o aluno à uma reflexão sobre a educação nas suas dimensões histórica, social e cultural, estabelecendo as relações entre filosofia e educação através de uma retomada da modernidade e tendências contemporâneas, e um estudo das principais tendências filosóficas subjacentes à teoria e a prática pedagógica no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, M.L.A., MARTINS, M.H.P. Filosofando - introdução à Filosofia. 3° ed. São Paulo: Moderna, 2003.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. 13° ed. São Paulo: Ática, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Infância e pensamento*. In: GHIRALDELLI, Paulo J.r. (org). *Infância escola e modernidade*. São Paulo: Cortez; Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1997, pp.82-100.

GHIRALDELLI, Paulo J.r. (org). *Infância escola e modernidade*. São Paulo: Cortez; Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1997.

GIRARDI, Leopoldo Justino e Quadros, José de. Aprendendo a Pensar. 9° ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

KOHAN. W. Infância. Entre Educação e Filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SAVIANI, D. Educação. Do senso comum à consciência filosófica e política. São Paulo: Cortez, 1980.

SOUZA, Solange Jobim & PEREIRA, Rita Maria Ribes. 1998. *Infância conhecimento e contemporaneidade*. In: KRAMER, Sonia & LEITE, Maria Isabel (org) *Infância e produção cultural*. Campinas, SP: Papirus. (Série prática pedagógicas)

SOCIOLOGIA E EDUCAÇÃO I:

4/72h

EMENTA

-Relação entre a Sociologia, Educação e as transformações ocorridas na organização das sociedades;

- o fenômeno educacional nas teorias sociológicas clássicas e as tendências da atualidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUNHA, L. A. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

CHARON, J. Sociologia. São Paulo, Saraiva, 1999.

LIMA, Lauro de Oliveira. Escola no futuro: orientação para professores de práticas de ensino. Petrópolis: Vozes, 1979.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ONGARI, B. & MOLINA, P. A educadora de creche. construindo suas identidades. São Paulo: Cortez, 2003.

CASEY, James. 1992. A História da Família. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Ática

DURKHEIM, E. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo: Melhoramentos.

FERNANDES, F. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo: Domenicus, 1966.

KRUPPA, S. M. P. Sociologia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994.

KUHLMANN JR., M. A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, M. C., KUHLMANN JR., M. (orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002, p.459-503.

MORENO, M. Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola. São Paulo: Moderna, 1999.

NARODOWSKI, Mariano *Infância e poder*: conformação da pedagogia moderna. Bragança Paulista: Edusf, 2001

OLIVEIRA, P. Introdução à sociologia. São Paulo, Ática, 2000.

VEIGA, C. G., FARIA FILHO, L. M. *Infância no sótão*. Belo Horizonte ; Autêntica, 1999.

HISTÓRIA E EDUCAÇÃO II:

4/72h

EMENTA

- -Estudo da educação no Brasil desde o período colonial até a atualidade.
- -Contribuições da África para a História e cultura brasileira no contexto do século XX; contribuições culturais da África para a construção da Identidade Nacional.
- o Pensamento educacional produzido entre os séculos XIX e XX e a organização da Escola Pública;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

CAMBI, Franco, História da Pedagogia, tradução de Álvaro Lorencini, São Paulo: Editora UNESP, 1999.

GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas. São Paulo: Ática, 1993.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1977 HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. Ed. LTC. S/d

HUBERT, R. **História da pedagogia**. São Paulo: Ed. Nacinal, 1979. MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da Antigüidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 1989. .

ROMANELLI, Otaisa de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930-1973) Petrópolis: Vozes 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL.	Lei nº	9.394,	de 20	de d	dezembro	o de	1996	. Estabe	lece	as	diretr	izes	е
bases da	a educa	ção na	cional.	Diári	o Oficial	da	União.	Brasília,	DF,	23	dez.,	1996	ô.

	F	Resolução	No	o. 1, de 17	7 de	junho de	2004,	do CNE/M	EC,	que	"institu	ui
Diretri	zes	Curricula	res	Nacionais	para	a Educa	ção das	Relações	Étnic	co-R	aciais	е
para	0	Ensino	de	História	е	Cultura	Afro-	Brasileira	а е	Af	ricana	".

	Ministério	da	Educa	ção.	Superando	0	racismo	na e	scola. 2	2. e	ed. B	ras	ília
Ministério	da educaç	ção,	2005.	204p	o. (número	de	consulta	a: 37	9.26098	31 \$	S959	2.	ed
/		_		_								20	005

_____. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da educação, 2005. 236p. (Coleção Educação para todos) (número de consulta: 305.80981 E21 2005)

GILES, Thomas Ronsonm. **História da educação**. São Paulo: Ática, 1986 JAEGER, W. **Paidéia**. São Paulo: Ed. Herder, s/d.

LUZURIAGA, L. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Ed. Nacional, 1969.

MARROU, H. I. **História da educação na Antigüidade**. São Paulo: Herde, 1957. PLATÃO. **A República**. São Paulo: Hemus, 1970.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, Ideologia e Contra – Ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.

PERIÓDICOS Jornais diversos, Revista História Viva.

http://www.ceao.ufba.br/2007/livrosevideos_det3.php

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM: 4/72h

EMENTA

Abordagens teóricas aplicadas à Psicologia do desenvolvimento e da Aprendizagem de crianças e de adolescentes. Desenvolvimento sócio-afetivo, cognitivo, processos básicos da aprendizagem e a influência da cultura nesses processos, Relação entre aprendizagem e avaliação. Esquema evolutivo da aprendizagem. Fundamentos da aprendizagem: Piaget, Vygotsky e Wallon. As bases do construtivismo, sócio –interacionismoe a aprendizagem significativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LEONTIEV. A.Psicologia e Pedagogia: bases psicológicas da Aprendizagem e do desenvolvimento Lisboa, Estampa 1991

LEONTIEV. A. O Desenvolvimento do Psiquismo, Editora Moraes.

LURIA.AR. Curso de Psicologia Geral. Volumes I, II, III,IV. Universidade Popular. Global

LURIA AR. Linguagem e desenvolvimento intelectual na criança. Porto Alegre, artes médicas, 1987.

LURIA AR. Vygotsky,LS. Estudos sobre a História do indivíduo O Macaco, O Primitivo e a Criança. Artes Médicas

VIGOTSKI, L. S, A formação social da mente. Martins Fontes, 3ª ed. São Paulo: 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIGGE M. L. Teorias da aprendizagem para Professores. EPU. São Paulo, 1977. GALVÃO, Izabel. *Henri Wallon: concepção dialética do desenvolvimento infantil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

JOBIM E SOUZA, Solange. *Infância e Linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin.* Campinas, SP: Papirus, 1994 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

PIAGET, J. Para onde vai a educação. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973. ed.

, A construção do real na criança. Zahar Editores, 1970.

SOLÈ, Isabel. Disponibilidade para aprender o sentido da aprendizagem – Construtivismo em aula.

VIGOTSKI, L. S. *Pensamento e linguagem*. Lisboa: Antídoto, 1979.

VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WAJSKOP, Gisela; ABRAMOWICZ, A. Creches: atividades para crianças de zero a seis anos. São Paulo: Moderna, 1995.

WALLON, Henri. *Origem do caráter na criança*. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 1996.

WALLON, Henri. *Origem do pensamento na criança*. São Paulo: Editora Manole, 1989

METODOLOGIA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO I:

02/36h

EMENTA

- -Métodos e técnicas de pesquisas, a partir dos princípios da metodologia científica; com vistas à pesquisa e análises de situações educativas e de ensino.
- -Estudo de bases estatísticas relevantes para o cuidado com dados quantitativos e qualitativos, incluindo-se também medidas de avaliação.
- -Estudo de estatísticas mais comuns usadas em educação de maneira que a teoria esteja unida à prática e, portanto, realizar testes em processos concretos de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo. Atlas, 1996.

KOCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia cientifica: teoria de ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2000. 17ª ed.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

L. CERVO – P. A. BERVIAN. Metodologia Científica. São Paulo. Makron Books.

AIDIL JESUS PAES BARROS. Fundamentos de Metodologia. São Paulo. Books.

ADDISON, M. Fundamentos de organização e métodos. Zaar.

FUNDAMENTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I:

02/36h

EMENTA

Compreensão dos processos de organização e desenvolvimento curricular, das diferentes concepções de currículo e das diretrizes curriculares nacionais do Ensino Fundamental.

Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais, recomendações e propostas curriculares regionais, locais e da escola-campo;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Volumes 8, 9, 10.

BRAULT, Michel. A formação do professor para a educação básica – Perspectivas – Cadernos de educação Básica série Inovações-6. MEC/UNESCO, 1994.

COLL, César. Aprendizagem escolar e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artmed, 1994.

FEIL, I.T.S. Conteúdos integrados: proposta metodológica para as séries iniciais do ensino fundamental de 1º grau. Petrópolis: Vozes, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PERRENOUD, Philippe. Pedagogia Diferenciada – das intenções à ação. Porto Alegre, Artes Médicas editora, 2000.

ASSMANN, Hugo. Reencantar a educação: rumo a sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.

GADOTI, Moacir. Escola cidadã. São Paulo: Cortez, 2000.

2º ANO

3° SEMESTRE

EMENTAS

METODOLOGIA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO II:

02/36h

EMENTA

- -Métodos e técnicas de pesquisas, a partir dos princípios da metodologia científica; com vistas à pesquisa e análises de situações educativas e de ensino.
- -Estudo de bases estatísticas relevantes para o cuidado com dados quantitativos e qualitativos, incluindo-se também medidas de avaliação.
- -Estudo de estatísticas mais comuns usadas em educação de maneira que a teoria esteja unida à prática e, portanto, realizar testes em processos concretos de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo. Atlas, 1996.

KOCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia cientifica: teoria de ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2000. 17ª ed.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

L. CERVO – P. A. BERVIAN. Metodologia Científica. São Paulo. Makron Books.

AIDIL JESUS PAES BARROS. Fundamentos de Metodologia. São Paulo. Books.

ADDISON, M. Fundamentos de organização e métodos. Zaar.

EMENTA

- -Reflexão sobre o entrecruzamento de relações que se estabelece entre a sala de aula, a escola, a comunidade e a sociedade;
- -Estudos enfocando os conceitos sociológicos em sua aplicação na educação, privilegiando aspectos relacionados à realidade brasileira.
- -Discutir a multiplicidade e a dinâmica das relações estabelecidas entre culturas radicalmente diferentes e as práticas em sala.
- -A formação da Identidade Brasileira.
- Crise de paradigmas.
- -Educação, Estado e Sociedade no Brasil.
- Educação para as relações étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUNHA, L. A. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

CHARON, J. Sociologia. São Paulo, Saraiva, 1999.

FENANDES, Florestan. A Sociologia no Brasil: contribuições para o estudo de sua formação e desenvolvimento, Petrópolis: Vozes, 1977. .

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Resolução No. 1, de 17 de junho de 2004, do CNE/MEC, que "institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana".

_____. Ministério da Educação. Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: Ministério da educação, 2005. 204p. (número de consulta: 379.260981 S959 2. ed. / 2005)

_____. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da educação, 2005. 236p. (Coleção Educação para todos) (número de consulta: 305.80981 E21 2005)

DURKHEIM, E. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo: Melhoramentos.

FERNANDES, F. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo: Domenicus, 1966.

FRIGOTTO, G. O. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1996.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª., 1981.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

KUHLMANN JR., M. A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, M. C., KUHLMANN JR., M. (orgs.). Os intelectuais na história da infância. São Paulo: Cortez, 2002, p.459-503.

http://www.ceao.ufba.br/2007/livrosevideos_det3.php

FUNDAMENTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II:

02/36h

EMENTA

Compreensão dos processos de organização e desenvolvimento curricular, das diferentes concepções de currículo e das diretrizes curriculares nacionais do Ensino Fundamental.

Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais, recomendações e propostas curriculares regionais, locais e da escola-campo;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Volumes 8, 9, 10.

BRAULT, Michel. A formação do professor para a educação básica – Perspectivas – Cadernos de educação Básica série Inovações-6. MEC/UNESCO, 1994.

COLL, César. Aprendizagem escolar e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artmed, 1994.

FEIL, I.T.S. Conteúdos integrados: proposta metodológica para as séries iniciais do ensino fundamental de 1º grau. Petrópolis: Vozes, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PERRENOUD, Philippe. Pedagogia Diferenciada – das intenções à ação. Porto Alegre, Artes Médicas editora, 2000.

ASSMANN, Hugo. Reencantar a educação: rumo a sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.

GADOTI, Moacir. Escola cidadã. São Paulo: Cortez, 2000.

LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS I:

4/72h

EMENTA

Estudos das interfaces entre política e legislação no setor educacional. Atende a sua especificidade política da formulação das leis educacionais para o sistema educacional nacional, a sua elaboração e aplicação em suas diferentes jurisdições e níveis. Destacam-se as relações entre lei e política educacional de nível federal, estadual e municipal, bem como a sua correta articulação e valorização instrumental para as gestões nacionais, estaduais e locais da educação. O conhecimento em analise critica do espírito da lei, sua intencionalidade e finalidade da política constituem o principio norteador do caráter dessa disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática na escola publica. São Paulo: Atica, 2003.

DEMO, Pedro. Pobreza Política. Campinas: Autores Associados, 2001.

BRZEZINSKI, Iria et. all. LDB interpretada: Diversos Olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBANEO, José Carlos et all. Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização. São Paulo: Cortez, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes para o Ensino Médio. Brasília: MEC/SEF, 2000

BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997 (1ª a 4ª serie)

BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais. Brasília: MEC/SEF, 1997 (1ª a 4ª serie)

BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aosParâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998 (5ª a 8 ª serie)

BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Apresentação dos Temas Transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998 (5ª a 8 ª serie)

DEMO, Pedro. A Nova LDB: Ranços e Avanços. Campinas: Papiro, 1997.

LIBANEO, José Carlos et all. Organização e gestão escolar: Teoria e Prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

MENEZES, JGC et all. Estrutura e Funcionamento da Educação Básica. São Paulo: Pioneira, 2ª Edição Atualizada, 2001.

FUNDAMENTOS, MÉTODOS E PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO I 4/72h

EMENTA

Enfoques teóricos e metodológicos da linguagem oral e escrita no ensino da educação infantil. Propriedades da linguagem e suas diversas formas de expressão no processo de ensino e aprendizagem da criança. Práticas de leitura e escrita: a intervenção pedagógica da espontaneidade à apropriação de códigos convencionais. Organização de material didático e propostas pedagógicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília. MEC/SEF 1988.

CUBERES, Maria Tereza Gonzáles e outros. *Educação Infantil e séries iniciais*: articulação para a alfabetização. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

FRANCHI, Eglê. Pedagogia da Alfabetização. Da oralidade à escrita. 7^a. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. *A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo.* 5º ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CELIS, Glória Inostroza. Aprender a Formar Crianças Leitoras e Escritoras. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

FERREIRO, Emília e Palácio, M. Os processos da leitura e escrita. Novas perspectivas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MARINHO, Marildes; SILVA, Ceris (Org.). Leituras do Professor. Campinas, Mercado de Letras, 1998.

TEBEROSKY, A e Cardoso, B. (ORG.). Reflexões sobre o ensino da leitura escrita. São Paulo: Trajetória/UNICAMP, 1989.

SMOLKA, A . M B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

SILVA, Maria Alice S. Souza. Construindo a Leitura e a Escrita. São Paulo: Editora Ática. 1995.

TOLCHINSKY, L. Aprendizagem da linguagem escrita. São Paulo: Ática, 1995. VYGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL I:

2/36h

EMENTA

-A trajetória histórica do conceito de infância: da infância negada à infância institucionalizada. Características e perfil do aluno-criança. A educação infantil: histórico e funções. O processo de inserção e de adaptação à creche e a préescola: reações infantis, preocupações e sentimentos dos pais. A importância da relação creche x família.

- -O espaço.
- -A brincadeira, a construção do conhecimento e a criança.
- -A pedagogia de projetos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARROYO, Miguel. O significado da infância. MEC/SEF/DPE/COEDI. Simpósio Nacional de Educação Infantil. Anais. Brasília: MEC/SEF, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF 1988

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Educação Infantil no Brasil: situação atual.* MEC/SEF/DPE/COEDI. Brasília, 1994.

FREITAG, M.C. (org.). História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.

MANTOVANI, Suzanna; BONDIOLI, Ana. Manual de Educação Infantil de 0 a 3 anos. 9ª. ed. Porto Alegre. Artes Médicas. 1998.

NICOLAU, M. D. M. A. *A educação pré-escolar*: fundamentos e didática. São Paulo, Ática, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças.* MEC/SEF/DPE/COEDI. Brasília, 1997.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. (orgs); Creches e pré-escolas no Hemisfério Norte. São Paulo, Cortez/FCC, 1998.

ARIÈS, Phillipe. Trad.Dora Flaksman. *História social da criança e da família*. 2ª. ed Rio de Janeiro: Livros técnicos e Científicos Editora. 1981.

CERIZARA, Ana Beatriz. A formação de professores em serviço para a educação infantil: uma possível contribuição da universidade. Florianópolis, UFSC, 1991

CRAIDY, C & KAERCHER, G. (org) Educação Infantil: pra que te quero? Porto Alegre, Artmed, 2001.

HEYWOOD, C. *Uma história da infância*: da Idade Média à época contemporânea no ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KUHLMANN JR., M. Educando a infância brasileira. In: LOPES, E. M. T., FARIA

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA:

2/36h

EMENTA

A educação mediada pela tecnologia. Informação, comunicação e instrução. Revelando as ferramentas computacionais. A informática nas escolas: escrever, desenhar, calcular, navegar e programar para apresentar, compreender, replanejar, conscientizar, transformar, organizar, pesquisar e compartilhar. Mídia e educação. A TV e a cultura nas escolas. As linguagens da TV e do vídeo. Utilização dos recursos audiovisuais e telemáticos. Novos ambientes de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

FREIRE, Fernanda Maria Pereira, PRADO, Maria Elisabett Brisola Brito. O computador em sala de aula: articulando saberes. Campinas: NIED, 2000.

MORAN, José Manoel. Leitura dos meios de comunicação. São Paulo: Editora Pancast, 1993.

PACHECO, Elza Dias (org). Televisão, criança, imaginário e educação: dilemas e diálogos. Campinas: Papirus, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MEIRELLES, F. Informática. São Paulo: Makron Books, 1999.

-----. Cultura escrita, literatura e história. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

MORAES, R.A. O que você precisa saber sobre informática na educação. Rio de Janeiro: DP e A Editora, 2000.

LITWIN, Edith (org.). Tecnologia Educacional – política, histórias e propostas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SANCHO, JUANA M. (org.). Para uma tecnologia educacional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. Ed. Graó, 1989.

VALENTE, José Armando. O uso inteligente do computador na educação. Revista Pátio, n.º 01. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1997.

4° SEMESTRE

EMENTAS

CONTEUDOS E METODOLOGIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA I: 4/72h

EMENTA

-Análise dos enfoques teóricos e metodológicos da Matemática na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Estudo das implicações dos conceitos matemáticos do cotidiano no processo ensino/ aprendizagem da criança. Função Social e política da Matemática. A ação e o processo que a criança realiza na construção dos conceitos matemáticos.

Organização de material didático e propostas pedagógicas na Educação Infantil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SMOLE, Kátia Cristina Stocco. A matemática na Educação Infantil: A teoria das inteligências múltiplas na prática escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996

D'AMBRÓSIO,U. Educação Matemática da Teoria a Prática. Campinas, Papirus, 2001.

KAMI, Constance. A criança e o número. Campinas: Papirus, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOYE R, C. História da Matemática. Edgard Blucher, São Paulo, 1991.

KRULIK, S e REYESRE. A revolução de problemas na Matemática Escolar. São Paulo, Atual, 1997.

CERQUETTI-ABERKANE, Françoise & BERDONNEAU, Catherine. O ensino da Matemática na Educação Infantil. Porto Alegre. Artes Médicas. 2001

FONSECA, M.C. O ensino da geometria na escola fundamental. Belo Horizonte Autêntica, 2001.

SPODECK, Bernard, SARACHO, Olívia N. Ensinando crianças de 03 a 08 anos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ZASLAVSKI, Cláudia. Jogos e Atividades matemáticas no mundo inteiro. Porto Alegre. Artes Médicas, 2000

DIDÁTICA I: 3/36h

EMENTA

- Conhecimento de teorias e métodos do processo educacional.
- Evolução do pensamento pedagógico e didático no Brasil e no mundo.

Compreensão do papel do professor diante das técnicas e processos da aprendizagem. Planejamento e gerenciamento do tempo, o espaço e as rotinas escolares e adequando-os à metodologia escolhida. As relações professor x aluno. Escola e família.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LIBÂNEO, J.C. Didática. SP: Cortez, 1994.

PASSOS, W.P. Repensando a Didática. SP: Papirus, 1992.

PIMENTA, S.G

_____. Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. SP: Cortez, 1997.

GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia Histórico. Crítica, Campinas, SP.Autores Associados 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIBANEO, J.C.. O pedagogo na escola pública. SP: Loyola, 1991

CANDAU, Vera Maria (org) Magistério: Construção cotidiano. Petrópolis: Vozes SKINNER, B.F. Tecnologia do Ensino. São Paulo. Harder, 1972. Cap II.

NÓVOA, Antonio (org) Os professores e sua formação. Lisboa. Dom Quixote, 1992.

Profissão Professor. Porto Alegre. Porto Editora, 1992.

CONTEUDOS E METODOLOGIA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA I 4/72h

EMENTA

Linguagem, língua e fala. Elementos da comunicação. Funções da linguagem. Língua oral e língua escrita. Variação lingüística e competência comunicativa. Denotação e conotação. Leitura e interpretação de textos. Conceitos de fonética, fonologia, ortografia, morfologia, sintaxe, semântica e pontuação. O desenvolvimento da linguagem nos anos iniciais do ensino fundamental: estímulo à formação de leitores e escritores. Técnicas, instrumentos e critérios para a avaliação nos anos iniciais do ensino fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL.MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de 1ª à 4ª séries.

Brasília: MEC. Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

COOL, César e TEBEROSKY, Ana. Aprendendo Português – Conteúdos Essenciais para o Ensino Fundamental de 1ª à 4ª séries. Ática, 2000.

FERREIRO, Emília e Palácio, M. Os processos da leitura e escrita. Novas perspectivas, Porto Alegre, Artes Médicas, 1987.

SILVA, Maria Alice S. Souza. Construindo a Leitura e a Escrita. São Paulo: Editora Ática, 1995 .

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CELIS, Glória Inostroza. Aprender a Formar Crianças Leitoras e Escritoras. Porto Alegre. Artes Médicas, 1988.

CUBERES, Maria Tereza Gonzáles e outros. *Educação Infantil e séries iniciais*: articulação para a alfabetização. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997

FERREIRA, Mauro. Gramática: aprender e praticar. São Paulo: FTD, 1992.

FRANCHI, Eglê. Pedagogia da Alfabetização. Da oralidade à escrita. 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

JOLIBERT, Josette. *Formando crianças leitoras*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

JOLIBERT, Josette. *Formando crianças produtoras de texto*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

MARINHO, Marildes; SILVA, Ceris (Org.). Leituras do Professor. Campinas, Mercado de Letras, 1998.

SMOLKA, A . M B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

FUNDAMENTOS, MÉTODOS E PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO II: 4/72 h

EMENTA

Abordagem histórica e métodos de alfabetização. Fundamentos epistemológicos para conceitos de alfabetização. Aprofundamento teórico-metodológico, a partir dos modernos estudos sobre linguagem, sociedade e cognição. Planejamento de atividades de ensino-aprendizagem coerentes com os pressupostos assumidos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, J.J. Alfabetização e Leitura. São Paulo Cortez, 1994

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília. MEC/SEF 1988.

CLAUDIA, C. Consciência fonológica e alfabetização. RJ: Vozes, 1996. FERREIRO, E.

Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985. FRANCHI, Eglê. Pedagogia da Alfabetização. Da oralidade à escrita. 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TEBEROSKY, A. Reflexões sobre o ensino da leitura e da escrita. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

Aprendendo a escrever. São Paulo. Ática, 2002

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. *A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo.* 5º ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CELIS, Glória Inostroza. Aprender a Formar Crianças Leitoras e Escritoras. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

FERREIRO, Emília e Palácio, M. Os processos da leitura e escrita. Novas perspectivas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

TEBEROSKY, A e Cardoso, B. (ORG.). Reflexões sobre o ensino da leitura escrita. São Paulo: Trajetória/UNICAMP, 1989.

SMOLKA, A . M B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

SILVA, Maria Alice S. Souza. Construindo a Leitura e a Escrita. São Paulo: Editora Ática, 1995.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS II:

4/72h

EMENTA

Democratização do ensino e política educacional. Educação, Estado e Ensino Público. Globalização e educação. Política social e política educacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADORNO, T. Educação e emancipação. SP: Pa e Terra, 1995.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – Políticas Públicas de qualidade na educação básica. Brasília, UNICEF, 1996.

GADOTTI, M. Educação e compromisso. Campinas: Papirus, 1995.

PLANK, David N. Política Educacional no Brasil, Caminhos Para Salvação Pública. ARTMED editora 2001. Porto Alegre.

SAVIANI, D. Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. SP: Cortez,

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes para o Ensino Médio. Brasília: MEC/SEF, 2000

BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997 (1ª a 4ª serie)

BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais. Brasília: MEC/SEF, 1997 (1ª a 4ª serie)

BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aosParâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998 (5ª a 8 ª serie)

BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998 (5ª a 8 ª serie)

DEMO, Pedro. A Nova LDB: Ranços e Avanços. Campinas: Papiro, 1997.

LIBANEO, José Carlos et all. Organização e gestão escolar: Teoria e Prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

MENEZES, JGC et all. Estrutura e Funcionamento da Educação Básica. São Paulo: Pioneira, 2ª Edição Atualizada, 2001.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL II:

2/36h

EMENTA

-O papel do professor. Conceito, histórico e bases cientificas e culturais do cuidado humano. O sentido do cuidado da criança no contexto familiar e educativo. Cuidados com segurança, conforto, higiene e proteção dos bebes e crianças pequenas. Atitudes e procedimentos de controle e de educação para a saúde e para a socialização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARROYO, Miguel. O significado da infância. MEC/SEF/DPE/COEDI. Simpósio Nacional de Educação Infantil. Anais. Brasília: MEC/SEF, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF 1988

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Educação Infantil no Brasil: situação atual.* MEC/SEF/DPE/COEDI. Brasília, 1994.

FREITAG, M.C. (org.). História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças.* MEC/SEF/DPE/COEDI. Brasília, 1997.BRAULT, Michel. A formação do professor para a educação básica – Perspectivas – Cadernos de educação Básica série Inovações-6. MEC/UNESCO, 1994.

CERIZARA, Ana Beatriz. *A formação de professores em serviço para a educação infantil*: uma possível contribuição da universidade. Florianópolis, UFSC, 1991

KUHLMANN JR., M. Educando a infância brasileira. In: LOPES, E. M. T., FARIA

KUHLMANN JR., M. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, n.14, p.5-18, Mai/Ago 2000b.

KUHLMANN JR., M. *Infância e educação infantil* : uma abordagem histórica. Porto Alegre : Mediação, 1998 (2ª. ed., 2001).

KUHLMANN JR., M. O jardim-de-infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, C. (org.). *Educação da infância brasileira*: 1875-1983. Campinas, SP: Autores Associados, 2001, p.3-30.

ROCHA, Eloísa Acires Candal. A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia. Florianópolis: UFSC, 1999.

3° ANO

5° SEMESTRE

EMENTAS

CONTEUDOS E METODOLOGIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA II: 4/72h

EMENTA

Objetivos e conteúdos programáticos da Matemática nas séries iniciais do Ensino Fundamental:

- -Número, sistema decimal, número fracionário, medida e valor no espaço e no tempo, -resolução de problemas.
- -Avaliação e auto-avaliação na prática pedagógica.
- -Inter-relação entre o conteúdo específico e as demais áreas do conhecimento. Planejamento e desenvolvimento de atividades e materiais pedagógicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial

D'AMBRÓSIO, U. Educação Matemática da Teoria a Prática. Campinas, Papirus, 2001.

NUNES, T. Crianças fazendo Matemática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco. A matemática na Educação Infantil: A teoria das inteligências múltiplas na prática escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996 KAMI, Constance. A criança e o número. Campinas: Papirus, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOYE R, C. História da Matemática. Edgard Blucher, São Paulo, 1991.

KRULIK, S e REYESRE. A revolução de problemas na Matemática Escolar. São Paulo, Atual, 1997.

CERQUETTI-ABERKANE, Françoise & BERDONNEAU, Catherine. O ensino da Matemática na Educação Infantil. Porto Alegre. Artes Médicas. 2001

FONSECA, M.C. O ensino da geometria na escola fundamental. Belo Horizonte Autêntica, 2001.

PARRA, Cecília. SAIZ,Irmã. Didática da matemática: reflexos psicopedagógicos. Porto Alegre: Artmed, 1996.

DIDÁTICA II: 4/72h

EMENTA

Caracterização da práxis pedagógica e do cotidiano escolar. Metodologias, Método, Técnicas Pedagógicas, Recursos Didáticos. Organização curricular: planejamento, modalidade organizativas e avaliação. Propostas pedagógicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PASSOS, W.P. Repensando a Didática. SP: Papirus, 1992. PIMENTA, S.G

_____. Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. SP: Cortez, 1997.

GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia Histórico. Crítica, Campinas, SP.Autores Associados 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF 1988.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Educação Infantil no Brasil: situação atual.* MEC/SEF/DPE/COEDI. Brasília, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estagio e docência. São Paulo: Cortez, 2004

SHORES, Elizabeth & GRACE, Cathy. *Manual de Portfólio:* Um guia passo a passo para o Professor. Porto Alegre: Artmed, 2001. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004

CONTEUDOS E METODOLOGIA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA II 4/72h

EMENTA

Objetivos e conteúdos programáticos da Língua Portuguesa. Concepções atribuídas à área de Língua Portuguesa nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Inter- relação com as demais áreas curriculares. Métodos, técnicas e materiais utilizados no Ensino de Língua Portuguesa. Planejamento de atividades e materiais de ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL.MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de 1ª à 4ª séries.

Brasília: MEC. Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

GERALDI, J. W. O texto na sala de aula. Cascavel, Paraná: Pontes, 1984. 2.ed.

__. Portos de Passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

KOCH, Ingedore Villaça. O texto e a construção dos sentidos. SP. Contexto.

KOCH, Iv> A Coesão textual. SP. Contexto, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JOLIBERT, J Formando crianças leitoras de textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994b.

MIRANDA, Regina Lúcia F. de A língua portuguesa no coração de uma escola,. São Paulo: Editora Ática, 1995.

ORLANDI, Eni P. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso, 2ª ed. Campinas. SP. Martins Fontes, 1987.

POSSENTI, Sírio, Porque (não) ensinar gramática na escola. Campinas. Mercado de Letras, 2000.

SILVA, Ezequiel T. da. Da Leitrura do Mundo `leitura da palavra. In. Estado de Leitura. Campinas SP: Mercado das Letras, 1999.

ZILBERMAN, R. Leitura em crise na escola: as alternativas do professor. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS I: 2/36 h

EMENTA

Os métodos de alfabetização de jovens e adultos. O ambiente alfabetizador. As práticas de alfabetização de jovens e adultos. Construção e uso dos recursos didáticos. A lógica da inclusão e as práticas emancipadoras de jovens e adultos. Elaboração de projeto e prática docente em classes de jovens e adultos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

MEC. O enigma do supletivo. Brasília: MEC, 1980.

PICONEZ, Stela. Educação Escolar de Jovens e Adultos. São Paulo: Papirus, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDÃO, C. R. O que é o método Paulo Freire. SP: Brasiliense, 1988.

FREIRE, A. M. A. Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas até os Severinos. SP:Cortez, 1981.

FREIRE, P. A importância do ato de ler.

Sobre educação: diálogos. RJ: Paz e Terra, 1982.

GADOTTI, M. (et al.) Pedagogia: diálogo e conflito. SP: Cortez, 1986.

PINTO, A. V. Sete lições sobre educação de adultos. SP: Autores Associados: Cortez,

GESTÃO ESCOLAR E PLANEJAMENTOEDUCACIONAL I:

02/36h

EMENTA

Escola como organização social. Problemas da organização educacional no Brasil contemporâneo. Autonomia, descentralização e responsabilidade da escola. Princípios da relação escola/comunidade.Gestão pedagógica. Gestão institucional: FUNDEF, APP. Gestão colegiada. Relações humanas no trabalho. Avaliação institucional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, J.M. A autonomia da escola pública: a re-humanização da escola. Campinas: Papirus, 1996.

DEMO, Pedro. A nova LDB – ranços e avanços. São Paulo: Papirus, 1997.

FERREIRA, N. S. C. (org.) Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

OLIVEIRA, Dalila (org.). Gestão democrática da educação: Desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARROYO, Miguel. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Ester. Educação e cidadania: quem educa o cidadão. São Paulo: Cortez, 1993.

CARDOSO, Beatriz. A construção do conhecimento pedagógico e a prática docente. Leitura e Sociedade e na Escola. MEC-UNESCO 1994.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e contradição. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1985.

ESTRELA, Maria Teresa (org.). Viver e Construir a profissão docente. Portugal, Ed. Porto, 1997.

FERNANDES, Florestan. A formação política e o trabalho do professor. In Universidade, Escola e formação de professores. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

LIBÂNEO, José Carlos. Organizações e gestão da escola: teorias e práticas. São Paulo: Alternativa, 2002.

BRASIL -MEC -Ministério da Educação, UNICEF. Raízes e Asas. MEC,1998.

NOGUEIRA, Maria Alice. Família e Escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

PARO, Vitor H. Qualidade do ensino: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2000

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO EM ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL I: 2/36h

EMENTA

- Organização do trabalho escolar com ênfase na gestão, planejamento e avaliação dos processos educativos escolares referentes a Educação Infantil...
- Aspectos políticos e técnicos do planejamento educacional. Tendências recentes do planejamento; proposições teóricas – metodológicas do planejamento convencional, do planejamento participativo e do planejamento estratégico. Desenvolvimento de atividades referentes ao planejamento educacional para educação Infantil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, Governo Federal. Lei nº 9.394, de 20/12/1996: Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília – DF: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF 1988

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Educação Infantil no Brasil: situação atual.* MEC/SEF/DPE/COEDI. Brasília, 1994.

NICOLAU, M. D. M. A. *A educação pré-escolar*: fundamentos e didática. São Paulo, Ática, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALAZANS, Maria Julieta C. Planejamento da Educação no Brasil: novas estratégias em busca de novas concepções. In Planejamento e Educação no Brasil. São Paulo: Cortez, 1993.

CARVALHO, Horacio, M. Introdução à teoria do planejamento. São Paulo: Editora brasileira, 1976

GADOTTI, Moacir. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo: Ática, 1993.

MONLEVADE, João. Educação Pública no Brasil: contos e descontos. Ceilândia – DF: Idéa, 1997.

MORAIS, R. Sala de aula - que espaço é esse? Campinas, Papirus, 1989.

RAYS, Oswaldo (org.). Trabalho pedagógico. Porto Alegre, Sulina, 1999.

VASCONCELOS, Celso dos S. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. Cadernos Pedagógicos do Libertad, 1.São Paulo: Libertad, 1995

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

ESTÁGIO SUPERVISIONADOI: EDUCAÇÃO INFANTIL: 01/18h

EMENTA

No estagio supervisionado em educação infantil o aluno fará duas intervenções pedagógicas (regência de classe) em dois campos de atuação diferentes da seguinte forma:

- 1 Observar, interpretar e avaliar a prática em centros de educação infantil e escolas publicas e/ou particulares, focalizando temáticas como situação de aprendizagem, intervenção pedagógica, relação professor-aluno, relação da família com a aprendizagem dos alunos e com a proposta pedagógica. Elaboração de projeto e intervenção pedagógica. Elaboração de registro das observações em sala da aula e sua socialização.
- 2 Observar, interpretar e avaliar a prática em salas de aula de pré-escola em escolas públicas e particular. Focalizará temáticas como situação de aprendizagem, intervenção pedagógica, relação professor-aluno, relação da família com a aprendizagem dos alunos e com a proposta pedagógica. Elaboração de projeto e intervenção e sua socialização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF 1988.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti. *Os fazeres na Educação Infantil.* São Paulo: Cortez, 1998.

MANTOVANI, Susanna ; BONDIOLI, Ana. *Manual de Educação Infantil de 0 a 3 anos.* 9 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

HERNÁNDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. *A organização do currículo por projetos de trabalho.* 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PERRONE, Ercília. *Creche: Pré-escola: teoria e prática.* Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

SPODECK, Bernard, SARACHO, Olívia N. *Ensinando crianças de três a oito anos*. Porto Alegre: Artes Médicas,1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MANTOVANI, Susanna ; BONDIOLI, Ana. *Manual de Educação Infantil de 0 a 3 anos*. 9 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

PERRONE, Ercília. *Creche: Pré-escola: teoria e prática.* Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estagio e docência. São Paulo: Cortez, 2004

SHORES, Elizabeth & GRACE, Cathy. *Manual de Portfólio:* Um guia passo a passo para o Professor. Porto Alegre: Artmed, 2001. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004 Obras citadas nas disciplinas do curso.

GESTÃO ESCOLAR E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL I:

02/36h

EMENTA

Escola como organização social. Problemas da organização educacional no Brasil contemporâneo. Autonomia, descentralização e responsabilidade da escola. Princípios da relação escola/comunidade.Gestão pedagógica. Gestão institucional: FUNDEF, APP. Gestão colegiada. Relações humanas no trabalho. Avaliação institucional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, J.M. A autonomia da escola pública: a re-humanização da escola. Campinas: Papirus, 1996.

DEMO, Pedro. A nova LDB – ranços e avanços. São Paulo: Papirus, 1997.

FERREIRA, N. S. C. (org.) Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

OLIVEIRA, Dalila (org.). Gestão democrática da educação: Desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARDOSO, Beatriz. A construção do conhecimento pedagógico e a prática docente. Leitura e Sociedade e na Escola. MEC-UNESCO 1994.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e contradição. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1985.

ESTRELA, Maria Teresa (org.). Viver e Construir a profissão docente. Portugal, Ed. Porto, 1997.

FERNANDES, Florestan. A formação política e o trabalho do professor. In Universidade, Escola e formação de professores. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

LIBÂNEO, José Carlos. Organizações e gestão da escola: teorias e práticas. São Paulo: Alternativa, 2002.

BRASIL -MEC -Ministério da Educação, UNICEF. Raízes e Asas. MEC,1998.

NOGUEIRA, Maria Alice. Família e Escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

PARO, Vitor H. Qualidade do ensino: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2000.

PERRENOUD, Philippe. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação. Perspectivas Sociológicas. Lisboa: Publicações Dom Quixote., 1993.

PESQUISA PEDAGÓGICA I:

01/18/h

EMENTA

- -Construção do conhecimento: do senso comum ao conhecimento científico; história da ciência; Diferentes abordagens dos fenômenos sociais e educacionais.
 -Ciências, ciências naturais e humanas.
- assegurar vivencia articulada à pesquisa e ao trabalho de conclusão de curso (TCC), ao longo do processo de formação, em âmbito de sala de aula, da escola e/ou outros ambientes educativos garantindo a inserção do aluno no contexto profissional escolar e não escolar;

A relação teoria-prática entendida como eixo articulador da produção do conhecimento na dinâmica do currículo;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** Editora perspectiva. Coleção Estudos . São Paulo, 1999.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo. Atlas, 1996.

KOCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia cientifica: teoria de ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2000. 17ª ed.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

L. CERVO – P. A. BERVIAN. Metodologia Científica. São Paulo. Makron Books.

AIDIL JESUS PAES BARROS. Fundamentos de Metodologia. São Paulo. Books.

ADDISON, M. Fundamentos de organização e métodos. Zaar.

6° SEMESTRE

EMENTAS

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS II:

2/36h

EMENTA

Os métodos de alfabetização de jovens e adultos. O ambiente alfabetizador. As práticas de alfabetização de jovens e adultos. Construção e uso dos recursos didáticos. A lógica da inclusão e as práticas emancipadoras de jovens e adultos. Elaboração de projeto e prática docente em classes de jovens e adultos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

MEC. O enigma do supletivo. Brasília: MEC, 1980.

PICONEZ, Stela. Educação Escolar de Jovens e Adultos. São Paulo: Papirus, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDÃO, C. R. O que é o método Paulo Freire. SP: Brasiliense, 1988.

FREIRE, A. M. A. Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas até os Severinos. SP:Cortez, 1981.

FREIRE, P. A importância do ato de ler.

Sobre educação: diálogos. RJ: Paz e Terra, 1982.

GADOTTI, M. (et al.) Pedagogia: diálogo e conflito. SP: Cortez, 1986.

PINTO, A. V. Sete lições sobre educação de adultos. SP: Autores Associados: Cortez.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO EM ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL II: 2/36h

EMENTA

- Organização do trabalho escolar com ênfase na gestão, planejamento e avaliação dos processos educativos escolares referentes a Educação Infantil...
- Aspectos políticos e técnicos do planejamento educacional. Tendências recentes do planejamento; proposições teóricas – metodológicas do planejamento convencional, do planejamento participativo e do planejamento estratégico. Desenvolvimento de atividades referentes ao planejamento educacional para educação Infantil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, Governo Federal. Lei nº 9.394, de 20/12/1996: Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília – DF: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF 1988

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Educação Infantil no Brasil: situação atual.* MEC/SEF/DPE/COEDI. Brasília, 1994.

NICOLAU, M. D. M. A. *A educação pré-escolar*: fundamentos e didática. São Paulo, Ática, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALAZANS, Maria Julieta C. Planejamento da Educação no Brasil: novas estratégias em busca de novas concepções. In Planejamento e Educação no Brasil. São Paulo: Cortez, 1993.

CARVALHO, Horacio, M. Introdução à teoria do planejamento. São Paulo: Editora brasileira, 1976

GADOTTI, Moacir. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo: Ática, 1993.

MONLEVADE, João. Educação Pública no Brasil: contos e descontos. Ceilândia – DF: Idéa, 1997.

MORAIS, R. Sala de aula - que espaço é esse? Campinas, Papirus, 1989.

RAYS, Oswaldo (org.). Trabalho pedagógico. Porto Alegre, Sulina, 1999.

VASCONCELOS, Celso dos S. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. Cadernos Pedagógicos do Libertad, 1.São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL:

04/72h

EMENTA

Exercício da cidadania dos portadores de necessidades especiais. A formação do estigma: exclusão e integração de indivíduos no grupo social. Educação especial no Brasil. Determinantes e prevenção das deficiências mais comuns. Problemas específicos da aprendizagem e procedimentos de superação dos mesmos. Aspectos ético-político-filosófico-educacionais de integração da pessoa com necessidades educativas especiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AJURIA GUERRA, J. (et. al.) A dislexia em questão. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

GODOY, M. F. R. Trabalhando o preconceito: a visão da criança frente à diferença. Marília:

CARVALHO, Rosita Edler. Anova LDB e a Educação Especial 2ª ed. Rio de Janeiro WVA, 1998.

MORI, Nerli Nonato. Ribeiro, Cristina Marquezini, Maria de Souza Periotto Guhen, Elza Midori Shimazaki (org) Educação especial: Olhares e Práticas. Ed. UEL, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BATSHAW A criança com deficiência: uma orientação médica. SP: Santos Maltese, 1990.

GOLDSTEIN, S. Hiperatividade: como desenvolver a capacidade de atenção da criança. SP: Papirus, UNESP, 1997.

KIRK, Samuel Igallagher, J.Jmes. Educação da Criança

TULESKI, Silvana Calvo. Distúrbio de Aprendizagem ou Distúrbio da Escolarização, Anais di Simpósio Educação que se faz especial. Debates e proposições. ISNN 1618-352X UEM.

CONTEÚDOS E METODOLOGIA DA HISTÓRIA E GEOGRAFIA: 4/72h

EMENTA

- -Conceito de História e Geografia; Teorias e fundamentos da História e Geografia, Epistemologia historiográfica e geográfica, Critica ao positivismo e as novas tendências.
- atuais propostas políticas para o ensino de história e geografia
- -Estudo da atuação do indivíduo e da sociedade na construção do processo histórico e a produção do espaço geográfico; categorias principais: grupos sociais, tempo, espaço, memória, cultura, trabalho, linguagem.;
- -Critérios para a seleção de conteúdos em História e Geografia;
- -Crítica ao livro Didático;
- -Avaliação;
- -Planejamento de aulas e atividades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, R. O espaço geográfico: ensino e representação. SP: Contexto, 1994.. NILDELCOFF, M. T. Ciências Sociais na escola. SP: Brasiliense, 1987.

_Escola e compreensão da realidade, 1987.

Parâmetros Curriculares Nacionais de História e Geografia: Ministério da Educação.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais

ROSS, J. L. S. (org.). Geografia do Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

Secretaria da Educação Fundamental.3ª ed.Brasília:2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Celso. Sala de aula de Geografia e História. São Paulo: Papirus, 2001.

NEMI, Ana Lucia L. Didática de História. São Paulo: FTD, 1996.

PENTEADO, a.D. Metodologia do ensino de História e Geografia. SP: Cortez, 1992

PRADO JR, C. História econômica do Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1970.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma Pedagogia do Conflito. In: Silva, Luiz H.da. Et all (org). Novos mapas culturais. Novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Sulina, 1996.

SIMIELLI, Maria Elena, Geoatlas Básico, 21ª ed. São Paulo: Ática 2002

KOZEL, Sabte. Didática de Geografia. SP: FTD, 96

VESENTINI, J. W. Brasil, sociedade e espaço: geografia do Brasil. São Paulo: Ática, 1992.

______. Da monarquia à república: momentos decisivos. 3 ed. São Paulo; Brasiliense, 1985.

CONTEÚDOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS: 04/72h

EMENTA

Conhecimento e reconhecimento das teorias do ensino das Ciências Naturais, contextualizando-as na prática escola;

Compreensão da Ciência como um processo de produção de conhecimento e uma atividade humana, histórica, associada a aspectos de ordem social, econômiCa, política e cultural;

Utilização de conceitos científicos básicos e transmiti-los para os alunos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre a ciências. 9ª Edição. Edições Afrontamento. Porto, 1997.

WEISSMANN, H. Didática das ciências naturais contribuições e reflexões. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BRASIL -MEC- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - MEC.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRONOWSKY, J. Ciências e valores humanos. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

KOCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia cientifica: teoria de ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2000. 17ª ed.

GESTÃO ESCOLAR E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL II:

2/36h

EMENTA

Complexidade social e educação escolar no Brasil, dimensões políticas e econômicas.

Organização educativa e suas dimensões política, técnica, humana e cultural.

Concepções de Administração e práticas gestoras na escola.

Intencionalidades políticas do trabalho pedagógico em Relação ao Projeto Político Pedagógico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREITAG, Barbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo: Cortez e Moraes. 1979.

GADOTTI, Moacir. Escola cidadã. São Paulo: Cortez. Autores Associados. 1992. HORA, Dinair Leal. Gestão democrática na escola. Campinas. São Paulo: Papirus. 1994.

MARTINS, José do Prado. Administração Escolar: Uma abordagem crítica do processo administrativo em educação. São Paulo: Editora Atlas. 1991.

OLIVEIRA, Dalila (org.). Gestão democrática da educação: Desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 1997.

PARO, V.H. Administração escolar: introdução crítica. São Paulo: Cortez, Autores Associados. 1993.

VEIGA, Ilma. (org.). Projeto político - pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas. São Paulo: Papirus. 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARROYO, Miguel. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Ester. Educação e cidadania: quem educa o cidadão. São Paulo: Cortez, 1993.

BRASIL -MEC -Ministério da Educação, UNICEF. Raízes e Asas. MEC,1998.

CARDOSO, Beatriz. A construção do conhecimento pedagógico e a prática docente. Leitura e Sociedade e na Escola. MEC-UNESCO 1994.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e contradição. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1985.

ESTRELA, Maria Teresa (org.). Viver e Construir a profissão docente. Portugal, Ed. Porto, 1997.

FERNANDES, Florestan. A formação política e o trabalho do professor. In Universidade,

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: 01/18h

EMENTA

- O estagio supervisionado no ensino fundamental atenderá a dois campos de atuação com inferência pedagógica (regência de classe) assim desenvolvidos:
- 1 Observar, interpretar e avaliar a prática em salas de aula das séries iniciais do ensino fundamental em escolas públicas e particular. Focalizará temáticas como situações de aprendizagem, intervenção pedagógica, relação professor-aluno, relação da família com a aprendizagem dos alunos e com a proposta pedagógica. Elaboração de projeto e intervenção e sua socialização
- 2 Observar, interpretar e avaliar a prática em instituições não formais (jornadas, ampliadas, projetos sócio-educacionais e projetos de educação que acolhe crianças em situação de risco entre outras), focalizando temáticas como situação de aprendizagem, intervenção pedagógica, relação professor-aluno, relação da família com a aprendizagem dos alunos e com a proposta pedagógica. Elaboração de projeto e intervenção pedagógica (regência de classe).

Elaboração de registro das observações em sala da aula e sua socialização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.* Brasília: MEC/SEF 1988.

GROSSI, Esther Pillar; BORDIN, Jussara (org). *Paixão de Aprender*. 5 ed. Petrópolis: VOZES, 1992.

HERNÁNDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. *A organização do currículo por projetos de trabalho.* 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SPODECK, Bernard, SARACHO, Olívia N. *Ensinando crianças de três a oito anos.* Porto Alegre: Artes Médicas,1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HERNÁNDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. *A organização do currículo por projetos de trabalho.* 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MANTOVANI, Susanna ; BONDIOLI, Ana. Manual de Educação Infantil de 0 a 3 anos. 9 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.

Obras citadas nas demais disciplinas do curso

PESQUISA PEDAGÓGICA II:

01/18/h

EMENTA

- Principais paradigmas das ciências humanas:positivismo, construtivismo social e teoria crítica. Ciências humanas e educação.
- assegurar vivencia articulada à pesquisa e ao trabalho de conclusão de curso (TCC), ao longo do processo de formação, em âmbito de sala de aula, da escola e/ou outros ambientes educativos garantindo a inserção do aluno no contexto profissional escolar e não escolar;
- -A relação teoria-prática entendida como eixo articulador da produção do conhecimento na dinâmica do currículo;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** Editora perspectiva. Coleção Estudos São Paulo, 1999.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo. Atlas, 1996.

KOCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia cientifica: teoria de ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2000. 17ª ed.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

L. CERVO – P. A. BERVIAN. Metodologia Científica. São Paulo. Makron Books.

AIDIL JESUS PAES BARROS. Fundamentos de Metodologia. São Paulo. Books.

ADDISON, M. Fundamentos de organização e métodos. Zaar.

3/54h

4° ANO

7° SEMESTRE

EMENTAS

CONTEUDOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE ARTES: EMENTA

História da arte. Artes visuais e musicais como linguagem expressiva e comunicativa dos sentidos, sentimentos e pensamentos. Produção criadora infantil como expressão da espontaneidade e ou representação de aprendizagens ou experiências. Desenvolvimento das capacidades estéticas e expressivas e da sensibilidade a partir do fazer artístico. Significados das representações gráficas, plásticas e musicais e sua evolução. Materiais diversos comunicadores de possibilidades de transformação, construção e utilização do fazer artístico. Arte como integradora dos diferentes eixos de trabalho na educação infantil. A produção cultural e artística no contexto étnico-racial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF 1988.

_____. Resolução No. 1, de 17 de junho de 2004, do CNE/MEC, que "institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana".

BAYER, E. A reprodução e a produção musical em crianças: uma perspectiva cognitiva. Revista Música: Pesquisa e conhecimento. Porto alegre: Mestrado e Doutorado em Música. UFRGS, 1996.

CAVALCANTI, Z. Arte na sala de aula. Porto Alegre, ArtesMédicas, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Quintal mágico*: educação-arte na préescola. São Paulo, Brasiliense, 1988.

BREIM, R.; ZEIN, E. NEDER, H.M. Percepção e alfabetização musical: PAM. São Paulo:edição dos Autores, 1992.

ABRAMOVICH, Fanny. Sobre a questão da arte na educação. *Fazendo Artes*. Rio de Janeiro, 1986.

MARTINS, Miriam Celeste, PICOSQUE, Gisa, GUERRA, M.Terezinha Telles. Didática do ensino de artes: a língua do mundo. Poetizar, fluir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 1998.

FUSARI, M.F. R. FERAZ, M.H. C. T. A arte na educação escolar. São Paulo: Cortez, 1992.

CONTEÚDOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA:

03/54h

EMENTA

Estudo e observação do desenvolvimento físico de crianças de 0 a 6 anos, com acompanhamento em casos de necessidade. Controle dos movimentos, da postura , do auto-conhecimento que levam às práticas conscientes do lazer, do esporte, das expressões de afeto e emoções. Superação e domínio das dificuldades físicas promovendo o auto-controle.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMADO, João . *Universo dos brinquedos populares*. Coimbra: Quarteto Editora, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

FARINATTI, Paulo de Tarso Veras. *Criança e atividade física.* Rio de Janeiro, Sprint, 1995.

KISHIMOTO, Tizuko. (org). *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. São Paulo, Cortez, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1988 CAVACO, M. H. Ofício do professor o tempo e as mudanças. Ed. Porto Alegre, Pato, 1995.

CODO, Wanderley; SENNE, Wilson A. O que e corpo (latria). São Paulo: Brasiliense, 1985.

DEMO, P. Formação de formadores básicos. Brasília – 1992.

FRIEDMANN, Adriana et al. *O direito de brincar: a brinquedoteca.* São Paulo, Scritta; ABRINQ, 1992.

BROUGERE, Gilles. Brinquedo e cultura. São Paulo, Cortez, 1995.

FRIEDMANN, Adriana et al. *A arte de brincar*. São Paulo, Edições Sociais, 1998.

LITERATURA INFANTO-JUVENIL:

02/36h

EMENTA

Ampliação das possibilidades criativa e expressiva presentes no imaginário infanto- juvenil via literatura;

História e características da literatura infantil

- -Refletir sobre a formação do leitor: (necessidades, implicações e importância da leitura).
- -Discutir a história da literatura infantil brasileira e sua contribuição.
- -Identificar a difusão e o veicular de valores e ideologias nos livros infantis a fim de estabelecer qual o papel da escola na formação do leitor.
- -Estabelecer relações entre a criança, o livro e a escola: destacando o papel do professor como mediador do processo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRAMOVICH, F. Literatura Infantil: gostosuras e bobices. São Paulo, Scipione, 1981.

ABRAMOVICH, Fanny (org). *O mito da Infância feliz: antologia*. São Paulo: Summus.1983 (Coleção Novas Buscas em Educação vol.16)

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1988.

CADEMARJORI, L. O que é literatura infantil? SP: Brasiliense, 1996.

LAJOLO. M.Brasil para crianças (um) conhecer a literatura infantil brasileira.São Paulo: Global,1988.

LAJOLO,M; ZILBERMAN,R. Literatura Infantil Brasileira: histórias e histórias. São Paulo.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, BV. Literatura Infantil, Visão histórica e crítica. Rio de Janeiro, EDART, 1982.

1982.

CADEMARTONI, Ligia. O que e literatura infantil. São Paulo: Brasiliense, 1995. CUNHA, Maria Antonieta Antunes. Literatura infantil: teoria e prática. São Paulo: Ática, 1985.

PINTO, João Pereira. Diálogo entre a literatura e a filosofia. Londrina: UEL, 1998. RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges. Folclore. Rio de Janeiro: Bloch, 1980.

.ZILBERMAN, Regina e LAJOLO, Marisa. Literatura infantil brasileira. São Paulo: Àtica, 1981.

Textos literários infanto – juvenis diversos.

CURRÍCULO E TEMAS TRANSVERSAIS:

4/72h

EMENTA

- -A disciplina apresenta um panorama histórico dos principais movimentos sociais ocorridos no século XX, com ênfase no Brasil: as principais teorias explicativas elaboradas a seu respeito: o debate contemporâneo sobre o papel destes movimentos na era da globalização e o papel educativo que eles desempenham na sociedade para a formação dos direitos e deveres da cidadania.
- Análise das relações éticas na formação humana.
- -historicidade das diversidades.
- -Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana.
- -Análise de valores estéticos, políticos e éticos na convivência humana e democrática. A transversalidade no currículo da Educação Básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL , Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais Apresentação dos Temas Transversais> Brasília: MEC/SEF, 1998.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Cotidiano escolar, formação de professores (as) e currículo. São Paulo: Cortez, 2005.

Resolução No. 1, de 17 de junho de 2004, do CNE/MEC, que "institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana".

Ministério da Educação. Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: Ministério da educação, 2005. 204p. (número de consulta: 379.260981 S959 2. ed. 2005)

_____. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da educação, 2005. 236p. (Coleção Educação para todos) (número de consulta: 305.80981 E21 2005).

FERRETTI, João Reis et all. Trabalho , formação e currículo: para onde vai a escola. São Paulo: Xamâ, 1979.

ROCHA, Ubiratan. Historia, currículos e cotidiano escolar. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, Nereide. Saber escolar, currículos e didática: problemas da unidade. São Paulo: Autores Associados, 2004.

SANTOS, A. Ética: caminhos da realização humana. São Paulo, Ave Maria, 2000

BIBLIOGRA COMPLEMENTAR

ESTEBAN, Maria Tereza. Escola, currículo e avaliação. São Paulo: Cortez, 2003. FERREIRA, N. T. Cidadania – uma questão para a Educação. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.

MARQUES, Ramiro. Escola, currículo e valores. São Paulo: Livros Horizonte, 1997.

SENNA, Luiz Antonio. O currículo na escola básica. São Paulo: Qualitymark Pedagogia, 2003.

SOUZA, Herbert de; RODRIGUES, Carla. Ética e cidadania. São Paulo: Moderna, 1994.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III: EM DISCIPLINAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO MÉDIO (NORMAL): 01/18h

EMENTA

Vivencia no espaço profissional. Problematização de situação para a elaboração, execução e avaliação de propostas de intervenção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, J.M. A autonomia da escola pública: a re-humanização da escola. Campinas: Papirus, 1996.

DEMO, Pedro. A nova LDB – ranços e avanços. São Paulo: Papirus, 1997.

CARDOSO, Beatriz. A construção do conhecimento pedagógico e a prática docente. Leitura e Sociedade e na Escola. MEC-UNESCO 1994.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMETAR

ARROYO, Miguel. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Ester. Educação e cidadania: quem educa o cidadão. São Paulo: Cortez, 1993.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e contradição. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1985.

ESTRELA, Maria Teresa (org.). Viver e Construir a profissão docente. Portugal, Ed. Porto, 1997.

FERNANDES, Florestan. A formação política e o trabalho do professor. In Universidade, Escola e formação de professores. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

LIBÂNEO, José Carlos. Organizações e gestão da escola: teorias e práticas. São Paulo: Alternativa, 2002.

Ministério da Educação, UNICEF. Raízes e Asas. MEC,1998.

NOGUEIRA, Maria Alice. Família e Escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

PARO, Vitor H. Qualidade do ensino: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2000.

PERRENOUD, Philippe. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação. Perspectivas Sociológicas. Lisboa: Publicações Dom Quixote., 1993.

SZYMANSKY, Heloisa. A relação família/escola. São Paulo: Plano, 2001.

VIEIRA, Sofia Lerche (org.) Gestão da escola: desafios a enfrentar. Editora DP e A, 2002.

SHORES, Elizabeth & GRACE, Cathy. *Manual de Portfólio:* Um guia passo a passo para o Professor. Porto Alegre: Artmed, 2001.

COORDENAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR:

04/72h

EMENTA

- Fundamentos de gestão escolar. O papel da equipe pedagógica no desenvolvimento de uma proposta educacional participativa. O projeto político pedagógico da escola. Desenvolvimento profissional do professor. Projetos de gestão para escolas.

-Conceito de planejamento educacional. Aspectos políticos e técnicos do planejamento educacional. Tendências recentes do planejamento; proposições teóricas — metodológicas do planejamento convencional, do planejamento participativo e do planejamento estratégico. As práticas do planejamento participativo e do planejamento educacional. Desenvolvimento de atividades referentes ao planejamento educacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, Governo Federal. Lei nº 9.394, de 20/12/1996: Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília – DF: Ministério da Educação, 1996.

FREITAG, Barbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo: Cortez e Moraes. 1979.

GADOTTI, Moacir. Escola cidadã. São Paulo: Cortez. Autores Associados. 1992. HORA, Dinair Leal. Gestão democrática na escola. Campinas. São Paulo: Papirus. 1994.

MARTINS, José do Prado. Administração Escolar: Uma abordagem crítica do processo

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. O planejamento como instrumento de gestão educacional: uma análise hitórico-filosófica. In Em Aberto, Brasília, v. 17, pp 125-140, fev/jun 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALAZANS, Maria Julieta C. Planejamento da Educação no Brasil: novas estratégias em busca de novas concepções. In Planejamento e Educação no Brasil. São Paulo: Cortez, 1993.

GADOTTI, Moacir. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo: Ática, 1993.

RAYS, Oswaldo (org.). Trabalho pedagógico. Porto Alegre, Sulina, 1999.

ROMÃO, José Eustáquio; PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento socializado ascendente na escola. In GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (orgs.). Autonomia de escola: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 2000.

VASCONCELOS, Celso dos S. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. Cadernos Pedagógicos do Libertad, 1.São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

PESQUISA PEDAGÓGICA III:

01/18/h

EMENTA

- -Abordagens quantitativas, qualitativas e crítico-dialéticas em educação; -instrumentos de coletas e análise de dados;
 - -elementos de um projeto de pesquisa;
- assegurar vivencia articulada à pesquisa e ao trabalho de conclusão de curso (TCC), ao longo do processo de formação, em âmbito de sala de aula, da escola e/ou outros ambientes educativos garantindo a inserção do aluno no contexto profissional escolar e não escolar;
- -A relação teoria-prática entendida como eixo articulador da produção do conhecimento na dinâmica do currículo:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** Editora perspectiva. Coleção Estudos . São Paulo, 1999.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo. Atlas, 1996.

KOCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia cientifica: teoria de ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2000. 17ª ed.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

L. CERVO – P. A. BERVIAN. Metodologia Científica. São Paulo. Makron Books.

AIDIL JESUS PAES BARROS. Fundamentos de Metodologia. São Paulo. Books.

ADDISON, M. Fundamentos de organização e métodos. Zaar.

EDUCAÇÃO, PROFISSÃO E ÉTICA: 2/36h

EMENTA

Análise das relações éticas na formação humana. Análise de valores estéticos, políticos e éticos na convivência humana e democrática.

Objeto da ética.

Responsabilidade ética da educação.

Educação e desigualdades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERTRAND, A. Cidadania e educação. Campinas: Papirus, 1998. (4 exemplares).

LYONS, D. A. As regras morais e ética. Campinas, Papirus, 1990.

SANTOS, A. Ética: caminhos da realização humana. São Paulo, Ave Maria, 2000. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, N. T. Cidadania – uma questão para a Educação. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993..

SOUZA, Herbert de; RODRIGUES, Carla. Ética e cidadania. São Paulo: Moderna, 1994.

8° SEMESTRE

EMENTAS

FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: 4/72h

EMENTA

Analisar os Referenciais Teórico-Metodológicos que subsidiam a formação e a ação docente no Ensino Médio -Modalidade Normal.

Analisar a ação docente e sua relação como as atividades desenvolvidas no Estágio Curricular Supervisionado, possibilitando a reflexão sobre a prática vivenciada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, J.M. A autonomia da escola pública: a re-humanização da escola. Campinas: Papirus, 1996.

DEMO, Pedro. A nova LDB – ranços e avanços. São Paulo: Papirus, 1997.

CARDOSO, Beatriz. A construção do conhecimento pedagógico e a prática docente. Leitura e Sociedade na Escola. MEC-UNESCO 1994.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e contradição. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1985.

ESTRELA, Maria Teresa (org.). Viver e Construir a profissão docente. Portugal, Ed. Porto, 1997.

FERNANDES, Florestan. A formação política e o trabalho do professor. In Universidade, Escola e formação de professores. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

LIBÂNEO, José Carlos. Organizações e gestão da escola: teorias e práticas. São Paulo: Alternativa, 2002.

NOGUEIRA, Maria Alice. Família e Escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

PARO, Vitor H. Qualidade do ensino: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2000.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV: EM GESTÃO PEDAGÓGICA:

1/18h

EMENTA

Vivencia do cotidiano do pedagogo na escola de educação básica. Trabalho em equipe. Organização do trabalho pedagógico. Elaboração de projeto e elaboração de atividades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVANETTO, Idalberto. Teoria geral da administração. São Paulo: Mac Graw Hill do Brasil, 1978.

GADOTTI, Moacir. Ação pedagógica e prática social. In: cadernos educação e sociedade. N° 4, São Paulo: Cortez, 1979.

COLL, César. Psicologia e currículo – uma aproximação pedagógica à elaboração do currículo escolar. São Paulo: Atica, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários da prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GANDIN, Danilo e GANDIN, Luis Armando. Temas para um projeto político – pedagógico. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HORA, Dinair Leal da. Gestão democrática na escola: Artes e oficio da participação coletiva. Campinas: Papirus, 1994.

DEMO, Pedro. Participação e conquista. Fortaleza: editora Universidade Federal do Ceara, 1988.

GADOTTI, Moacir. Projeto político – pedagógico da escola. Fundamentos para a sua realização . In: Autonomia da escola: princípios e projetos: São Paulo: Cortez, 1997.

PASSOS, Ilma (org.). Projeto político – pedagógico na escola: uma construção possível. São Paulo: Papirus, 1995.

SAVIANI, Demerval. Da nova LDB ao Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional. Campinas SP: Autores Associados, 2000.

PESQUISA PEDAGÓGICA IV:

01/18/h

EMENTA

- Análise do material coletado, Tabulação de dados. Redação do trabalho de conclusão de curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FAZENDA, Ivani (org.). Novos enfoques da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1992.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

SEVERINO, Antonio Joaquim: *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez. 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, P. Educar pela pesquisa. São Paulo: Autores Associados, 2000.

LOMBARDI, J.C. Pesquisa Em Educação. Campinas: Autores Associados, 2000.

TRIVINOS, Augusto W. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas. 1987.

VIANNA, I.O . De A . Metodologia do Trabalho Científico: Um Enfoque Didático Na Produção Científica. São Paulo: Epu, 1986.

LIBRAS: 02/36h

EMENTA

Histórico do trabalho com surdos e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Noção básica de aspectos linguísticos da LIBRAS, quanto à estruturação e gramática.

A partir da fundamentação teórica do conhecimento da língua de sinais proporcionar aos alunos o uso e a visão metodológica do Ensino da LIBRAS e do trabalho com surdos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL - MEC/SEESP/FNDE 2ª Edição Revisada. (385 páginas) Kit: Livro e Fitas de Vídeo: Volumes I e II

_____. LIBRAS em Contesto - Curso Básico - Livro do estudante. MEC/SEESP/FNDE. 2ª Edição Revisada. (163 páginas) Kit: Livro e Fita de Vídeo.

FELIPE, Tanya. LIBRAS em Contexto - Curso Básico - Livro do Professor.

GODOY, M. F. R. Trabalhando o preconceito: a visão da criança frente à diferença. Marília:

CARVALHO, Rosita Edler. Anova LDB e a Educação Especial 2ª ed. Rio de Janeiro WVA, 1998.

MORI, Nerli Nonato. Ribeiro, Cristina Marquezini, Maria de Souza Periotto Guhen, Elza Midori Shimazaki (org) Educação especial: Olhares e Práticas. Ed. UEL, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGNE, J. & QUADROS, R. M. de. Alfabetização: o contexto da pessoa surda. Revista de Ensino Especial, MEC, UNESCO. (no prelo)

CARVALHO, R. E. A nova LDB e a educação especial. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

BRASIL - MEC/SEESP/FNDE 2ª Edição Revisada. (385 páginas) Kit: Livro e Fitas de Vídeo: Volumes I e II

LIBRAS em Contesto - Curso Básico - Livro do estudante.											
MEC/SEESP/FNDE.	2 ^a	Edição	Revisada	. (163	páginas)	Kit:	Livro	е	Fita	de
Vídeo.											

_____. Introdução à Gramática da LIBRAS. In Educação Especial – Língua Brasileira de Sinais – Volume II. Série Atualidades Pedagógicas 4, MEC/SEESP, 2000: 81-123 2a. edição

GOTTI, M. O. Português para Deficientes Auditivos, Ed. UnB, Brasília: 1992

METODOLOGIA E PRÁTICA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL:

01/18h

EMENTA

O trabalho com os portadores de deficiência visual. Braille e Sorobã como metodologias de ensino para portadores de deficiência visual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GODOY, M. F. R. Trabalhando o preconceito: a visão da criança frente à diferença. Marília:

CARVÁLHO, Rosita Edler. Anova LDB e a Educação Especial 2ª ed. Rio de Janeiro WVA, 1998.

MORI, Nerli Nonato. Ribeiro, Cristina Marquezini, Maria de Souza Periotto Guhen, Elza Midori Shimazaki (org) Educação especial: Olhares e Práticas. Ed. UEL, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, R. E. A nova LDB e a educação especial. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

BRASIL - MEC/SEESP/FNDE 2ª Edição Revisada. (385 páginas) Kit: Livro e Fitas de Vídeo: Volumes I e II

PROJETOS INTERDICIPLINARES:

03/54h

EMENTA

Abordagem e debate da interdisciplinaridade. Elaboração e execução de projetos interdisciplinares. Analise dos projetos, métodos e técnicas de trabalho integrado entre as áreas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FAZENDA, Ivani. Prática da Interdisciplinaridade da escola. São Paulo: Cortez, 1993.

FAZENDA, Ivani. Integração e Interdisciplinaridade no Ensino brasileiro: Efetividade ou Ideologia. São Paulo: Loyola, 1997.

SANTORMÊ, Jurjo, Tores. Globalização e Interdisciplinaridade. São Paulo: Artemede, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREIRE, Paulo, NOGUEIRA, Adriano e MAZZA, Débora. Na escola que fazemos: Uma reflexão Interdisciplinar em educação popular. Petrópolis: Vozes, 1988.

GADOTTI, Moacir et all. Construindo a escola cidadã no Paraná. Brasília, MEC, 1993.

JAPIASSU, Hilton. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

PETRAGLIA, Isabel. Interdisciplinaridade: O cultivo do professor. São Paulo, Pioneira/Universidade São Francisco, 1993.

PONTUSCHKA, Nidia Nacib. (org.). A ousadia do diálogo: Interdisciplinaridade na escola: São Paulo: Loyola, 1993.

PEDAGOGIA NAS INSTITUIÇÕES:

4/72h

EMENTA

- -O papel do Pedagogo nas organizações e seus principais desafios: As transformações no mundo do trabalho e suas implicações na reestruturação produtiva;
- -Eras organizacionais. Gestão das organizações: conceitos, modelos e implicações no processo de gestão das pessoas.
- Questões atuais em educação nas organizações: gestão do conhecimneto, educação corporativa, aprendizagem organizacional e educação continuada.
- -A atuação do professor em educação orientador supervisor em projetos desenvolvidos por instituições sociais governamentais e não governamentais. Elaboração de projetos de intervenção sócio-cultural:
- Intervenção docente com vistas a atendimento de espaços educativos: empresas, hospitais....

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, N; GARCIA. R. L. (org.) a invenção da escola a cada dia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GOHN, Maria da Gloria. Educação não formal e cultura política. São Paulo: Cortez, 2ª ed, 2001.

MORAES. Olga Rodrigues, FERNANDES, Renata et all. Educação não formal. Campinas: Editora Unicamp, 2004

FERREIRA, N. S. C. (org.) Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

OLIVEIRA, Dalila (org.). Gestão democrática da educação: Desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARDOSO, Beatriz. A construção do conhecimento pedagógico e a prática docente. Leitura e Sociedade e na Escola. MEC-UNESCO 1994.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e contradição. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1985.

ESTRELA, Maria Teresa (org.). Viver e Construir a profissão docente. Portugal, Ed. Porto, 1997.

FERNANDES, Florestan. A formação política e o trabalho do professor. In Universidade, Escola e formação de professores. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

LIBÂNEO, José Carlos. Organizações e gestão da escola: teorias e práticas. São Paulo:

7. METODOLOGIA DE ENSINO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO

Os procedimentos de avaliação ensino-aprendizagem serão realizados de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação através de procedimentos externos e internos que os constituem, em consonância com os processos de Avaliação Institucional.

A avaliação externa do rendimento escolar bem como a avaliação externa da instituição têm por objetivo oferecer indicadores de desempenho para a tomada de decisões no âmbito da própria IES e será realizada pelos alunos, professores, comunidade interna e externa da FAAST, de acordo com cronograma institucional e do MEC-INEP, pelo SINAES, conforme se prevê no Plano de Avaliação Institucional-2005.

A avaliação interna do processo de ensino e de aprendizagem, responsabilidade da IES, será realizada de forma continua, cumulativa e sistemática, tendo como objetivos:

- diagnosticar e registrar os processos do desenvolvimento do aluno e suas dificuldades:
- possibilitar que os alunos auto-avaliem sua aprendizagem; orientar o aluno quando aos esforços necessários para superar as dificuldades;
- orientar as atividades de planejamento e replanejamento curriculares.

7.1 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS DO CURSO

No Curso de Pedagogia da Faculdade Astorga busca-se a concretização de uma ação integrada e participativa que atenda à especificidade do trabalho educativo na docência e na organização da escola.

Viabiliza-se um trabalho participativo, desenvolvido em conjunto, nas quais sejam articuladas ações e reflexões, na busca da construção de uma proposta de atuação coerente com os objetivos expressos para o curso e articulados com o

coletivo docente e discente, numa ação integrada. Para isso pretende-se proporcionar aos profissionais a participação em encontros, seminários e congressos num exercício constante de formação continuada.

A metodologia proposta fundamenta-se na relação professor/aluno, aspecto de maior valor de uma ação educativa, propondo a reflexão e a ação como instrumento de construção de um contexto histórico, social e cultural, no qual o conhecimento e o entendimento da realidade sejam processos em construção conjunto de relações entre homem/homem, homem/natureza e homem/cultura, num exercício de respeito às diversidades, às culturas diversificadas e as realidades complexas nas quais se insere a ação educativa.

A LDB 9394/96, prevê, como um dos seus objetivos para Educação Superior, a busca por soluções de problemas sociais, econômicos e políticos da sociedade brasileira e das regiões especificas nas quais se inserem as IES.

Com essa perspectiva, o corpo docente do Curso de Pedagogia da FAAST, com base em procedimentos metodológicos de observação da realidade, objetiva detectar as questões que precisam ser resolvidas urgentemente, com conhecimentos necessários, ou seja, referenciais teóricos já existentes, formulam hipóteses de solução para os problemas, aplicando-as à realidade em que vivem e atuam.

Tal prática metodológica fundamenta-se na proposição de Saviani (1988), considerando que a educação não transforma a sociedade de forma imediata e linear, mas de modo mediato e indireto, agindo sobre os sujeitos da prática social e a ela retornando, após a catarse útil e necessária ao processo de reflexão-ação, ou seja a práxis reflexiva. Neste sentido, o processo de análise da realidade social permitirá um avanço intelectual do acadêmico na medida em que a ação pedagógica possibilita a saída de uma visão ingênua, sincrética, para uma análise e

compreensão mais profundas, voltada a uma visão sintética das práticas sociais.

Contudo, mais relevante ainda é o processo educativo, com base no desenvolvimento de atitudes científicas, políticas e éticas frente à realidade educativa, no qual as situações problematizadoras em sala de aula devem proporcionar aos acadêmicos, habilidades como: observar, descrever, relatar, dialogar, ler, escrever, identificar, diferenciar, deduzir, concluir, julgar, avaliar, propor e comparar hipóteses, analisando e sintetizando alternativas, buscando identificar, por meio de novas reflexões, as prováveis determinantes, estabelecendo pressupostos e novos conhecimentos.

Desta forma, os conteúdos e as formas metodológicas de apoio didáticopedagógico têm sido analisados e avaliados, objetivando o redirecionamento dos
planejamentos, expressando a preocupação da IES com o ensinar e o aprender,
cuja importância é a relação professor/acadêmico, mediada pelos conhecimentos
teórico-práticos, de modo a favorecer a formação de pessoas com conhecimentos,
habilidades e atitudes para formular ações e estratégias que promovam o
desenvolvimento da região e do país, principalmente do homem, enquanto ator e
autor da sua história, na sua ambivalência.

O processo reflexivo sobre as questões metodológicas se encaminha para a apresentação aos acadêmicos de propostas de atividades desafiadoras que estimulem todas as suas capacidades de pensamento, ação e transformação de si, da realidade e das visões de homem, mundo e sociedade.

Por outro lado, os acadêmicos são assim incentivados a avaliar o próprio trabalho, praticando constantes auto-avaliações, entendidas como posturas indispensáveis à construção/uso e disseminação do conhecimento.

Nesta linha de encaminhamento, o apoio didático-pedagógico está, intimamente articulado ao seu compromisso sócio – político - econômico da formação do educador, de acordo com os interesses reais e coletivos da sociedade, no sentido da preocupação com a formação do cidadão para atuar na e sobre a realidade sócio - econômica - político e cultural.

Os trabalhos realizados no decorrer do curso e nos Estágios Supervisionados abrangem conteúdos estudados e abordados de forma prática e interativa, buscando sempre uma contextualização no seu ambiente de estudo.

O Estágio Supervisionado é o espaço no qual se aplicam metodologias voltadas à prática profissional mediante a observação em escolas públicas ou privadas, de forma que os acadêmicos desenvolvam atividades pertinentes a seu exercício docente com formas atuais de acesso a informações para a efetiva tomada de decisões, através de acompanhamento da instituição educativa em seu dia-a-dia.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) oportunizará ao acadêmico a iniciação à pesquisa, estimulando a produção científica, sistematizando o conhecimento adquirido no decorrer do curso, reforçando os conteúdos programáticos e fortalecendo a capacidade de interpretação crítico - reflexiva dos educadores.

Com a estrutura curricular proposta os acadêmicos do Curso de Pedagogia contarão com o desenvolvimento de temas de caráter transversal e interdisciplinar relacionados às questões educacionais relativas ao meio ambiente, a ética e os valores, a orientação sobre a corporeidade/sexualidade, à cultura e suas diversas formas de manifestação, ou seja, temas que permitam despertar a consciência dos educadores para com o grupo e o meio social a que pertencem. Nessa metodologia são trabalhadas as habilidades e competências esperadas para o futuro profissional

do educador por meio de um ambiente de aprendizagem totalmente interativo com a prática profissional no campo educacional.

O processo de planejamento de ensino, também é preocupação constante, promovendo as adequações necessárias para atender as solicitações exigidas no mercado com relação às novas práticas de trabalho, às tecnologias necessárias para essas práticas e as novas teorias educativas. O processo de planejamento operacional do ensino é ministrado por meio de aulas teóricas, práticas de ensino e estágio supervisionado e orientado, adotando procedimentos didáticos que permitem a construção e a difusão do saber entre os alunos, entendidos como sujeitos da construção do seu próprio conhecimento.

Nas aulas teóricas, práticas e no estágio supervisionado as orientações são conduzidas em ambientes próprios, tais como laboratórios, salas de aula e ambientes que extrapolam os ambientes físicos da IES, são utilizados recursos didáticos inovadores, tais como: estudos de caso, seminários, simpósios, palestras de professores de outras instituições, visitas a escolas e oficinas pedagógicas, na brinquedoteca e na sala de aula, com equipamentos como data-show e multimídia, através dos quais, se oferecem melhores condições e oportunidades educacionais, para que os alunos nesse ambiente de confiança, aprendam o "que fazer", "como construir" e "onde aplicar" o saber e o conhecimento no exercício futuro do cotidiano profissional.

O Curso de Pedagogia da FAAST disponibiliza um acervo bibliográfico constituído de livros, revistas, periódicos nacionais e internacionais, filmes e materiais educativos diversificados, com o propósito de maximizar e otimizar o despertar da curiosidade científica.

O curso manterá um constante processo de avaliação e de auto-avaliação com a participação dos professores e dos alunos, que serão motivados a assumir seu papel de co-responsáveis pelas mudanças necessárias ao aprimoramento, o que resulta num processo permanente de busca da melhoria da qualidade do curso e da IES como um todo.

Os procedimentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem serão contínuos, através de variadas formas, tais como trabalhos acadêmicos, provas bimestrais, provas escritas e orais, verificação do rendimento do aluno e seu interesse de modo cumulativo, objetivando-se verificar os aspectos qualitativos dos resultados obtidos ao longo do curso, com os procedimentos de eventuais provas finais. Em especial, objetiva-se que os resultados obtidos pelo aluno sejam comentados, indicando-lhe indagações e limitações, sugerindo rumos, a fim de que o acadêmico seja realimentado em seus esforços de progressão. Além da adequada avaliação do aluno, é importante que a instituição tenha preocupação em avaliar também o desempenho do seu corpo docente e a relação entre ambos. A direção da Faculdade procederá a avaliações constantes dos professores, em processos de auto-avaliação e de avaliação pelos alunos, através de questionários e se necessário entrevistas, espera-se conseguir corrigir possíveis problemas de desempenho dos professores.

7.2. PROCEDIMENTOS E SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

O conhecimento é construído pelo homem na relação consigo próprio com os outros e com o mundo. Assim, os conteúdos que o professor apresentar precisam ser refletidos e reelaborados pelo acadêmico para se constituírem em

conhecimentos próprios. Caberá ao professor mobilizar os acadêmicos e propiciar os meios para que os mesmos apropriem-se do conhecimento, elaborem e expressem sínteses reflexivas e possibilidades alternativas de solução para as situações-problema.

Para que a aprendizagem seja eficaz e ocorra a apropriação do conhecimento, há necessidade da ação do sujeito sobre o objeto do conhecimento. O professor deve comprometer-se com a análise crítica das questões sócio-econômica - culturais, levando os acadêmicos à produção de análises escritas e a realização de debates com fundamentação teórica pertinente, não utilizando-se de sínteses prontas e acabadas.

A relação entre ensino e avaliação requer, necessariamente, a análise das formas de organização do trabalho pedagógico, na busca de novas articulações entre os conhecimentos e na tentativa de implementar concepção menos rígida da trajetória do acadêmico, que caracteriza o processo de avaliação, compreendida, de forma ampla, como atitude de responsabilidade da IES, dos professores e dos acadêmicos, acerca do processo formativo.

Assim, tal relação é percebida como movimento de ação- reflexão- ação desses atores acerca dos elementos constitutivos do processo ensino-aprendizagem: plano político-pedagógico, atividades curriculares, metodologias, relação professor-acadêmico, instrumentos e tempos avaliativos, respondendo às particularidades de cada componente curricular (pesquisa, aulas teóricas, práticas, laboratórios, trabalhos cooperativos, estágios, seminários, aulas integradas, etc.), lançando mão de processos diversificados, de modo a atender a situações diferenciadas de aprendizagem e modos de conhecer, pois o processo educativo não se inicia nem se encerra na sala de aula. São considerados os conhecimentos

prévios do acadêmico, que só podem ser demonstrados em processos avaliativos orientados para tal fim.

O conceito de avaliação que permeia o projeto do Curso de Pedagogia da FAAST direciona-se para um procedimento que tem por objetivo verificar se os acadêmicos estão se apropriando ou não dos conhecimentos construídos na e pela escola:

Sendo assim entende-se que:

- a) a avaliação deve ser diagnóstica no sentido do professor verificar mais o processo de apropriação do conhecimento por parte do acadêmico do que os meros resultados;
- b) os erros não devem ser apenas constatados, porque, segundo a visão diagnóstica, os erros sinalizam possibilidades de se vislumbrar meios para superar a visão parcial do acadêmico;
- c) a avaliação deve ocorrer ao longo de todo o processo de aprendizagem;
- d) apesar das diferenças no modo como cada professor avalia a observação e mensuração da capacidade de apropriação dos conteúdos pelos acadêmicos é fundamental.

Como resultado do rendimento do acadêmico serão consideradas todas as atividades didático-pedagógicas organizadas e realizadas pelo professor durante o ano letivo, traduzidas em notas de 0 (zero) a 10,0 (dez), por disciplina, e ainda a efetiva fregüência às aulas.

Por fim, a avaliação do desempenho escolar, prevista no capitulo V – do Regimento Geral da FAAST, partindo do art. 47, até o 2º parágrafo do art. 52, explicita a operacionalização do sistema de avaliação, a constar:

Capítulo V – Da Avaliação do Desempenho Escolar

Art. 47 - A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplina, levando-se em conta

Parágrafo único – Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho de Cursos e com a legislação em vigor

Art. 48 - A frequência às aulas e demais atividades escolares, permitida apenas aos matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas.

Parágrafo único - Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência a, no mínimo, setenta e cinco por cento (75%) das aulas e demais atividades programadas.

Art. 49 - O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nos exercícios escolares e no exame final.

§ 1º - O exame final, realizado ao fim do ano letivo, visa à avaliação da capacidade do domínio do conjunto da disciplina e consta de prova escrita.

Art. 50- A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota, expressa em grau numérico de zero (0) a dez (10) pontos, permitindo-se o fracionamento de inteiro em cinco (5) décimos.

Art. 51 - Atendida em qualquer caso a freqüência mínima de setenta e cinco por cento (75%) às aulas e demais atividades escolares, é aprovado:

- I Independentemente de exame final, o aluno que obtiver nota de aproveitamento n\u00e3o inferior a sete (7), correspondente \u00e0 m\u00e9dia aritm\u00e9tica das notas dos exerc\u00edcios escolares; e
- II Mediante exame final, o aluno que, tendo obtido nota de aproveitamento inferior a sete (7), porém não inferior a cinco (5), obtiver média final não inferior a cinco (5), correspondente à média aritmética entre a nota de aproveitamento e a nota do exame final.
- Art. 52- É promovido à série seguinte o aluno aprovado em todas as disciplinas da série cursada, admitindo-se ainda a promoção com dependência em até duas (2) disciplinas.
- § 1º O aluno promovido em regime de dependência deverá matricular-se, obrigatoriamente, nas disciplinas de que depende, observando-se a matrícula nas disciplinas da nova série à compatibilidade de horários e aplicando-se a todas as disciplinas as mesmas exigências de freqüência e aproveitamento estabelecidas nos artigos anteriores.
- § 2° Não se admite nova promoção com dependência de disciplina(s) de série não imediatamente anterior.

8. ATIVIDADES TEÓRICO - PRÁTICAS

Como complementação do conhecimento teórico, com uma carga horária de 100 horas, os acadêmicos do curso de Pedagogia Licenciatura - terão oportunidade constante para analisar o processo educativo em diferentes instituições educacionais. Sendo assim, mediante a realidade observada, os acadêmicos do

Curso Pedagogia – Licenciatura, da FAAST, estarão, posteriormente, socializando seus conhecimentos, adquiridos na prática, nas interfaces que estabelecerão com outras instituições, empresas ou organizações nas quais se desenvolvam ações de cunho educativo.

8.1 Núcleo de Pesquisa

O Núcleo de Pesquisa é uma forma de fazer com que o acadêmico desenvolva mais rapidamente habilidades para empreender pesquisas teórico-bibliográficas, realização de entrevistas, trabalho em equipe e apresentação em público dos resultados de suas investigações. Além disso, deverão surgir melhorias em termos de leitura e escrita, não somente em relação ao tema estudado, mas, sobretudo em relação a temas, assuntos ou disciplinas vinculadas à área educativa. Através do Núcleo de Pesquisa, em atividade no atual curso de Pedagogia, o estudante viverá mais intensamente o meio acadêmico e estará em maior contato com outros estudantes e professores fazendo-o complementar seu aprendizado e formação em constantes interfaces com o mundo da pesquisa pedagógica.

8.2 Núcleo de Prática

O Núcleo de Prática em Educação, (em funcionamento no Curso Normal Superior e no atual curso de Pedagogia) principal articulador das relações entre a Faculdade e a comunidade externa, especialmente as escolas e outras instituições interessadas vincula o curso superior ao ensino fundamental e a educação infantil e a outras áreas viáveis é uma tarefa importante, pois, poder-se-á qualificar profissionais para o mercado de trabalho, enquanto que as unidades escolares são importantes laboratórios para o aprendizado dos acadêmicos. (ver anexo).

8.3 Semana do Educador

Anualmente organiza-se evento com uma série de atividades como palestras, workshops, ciclo de debates e discussões, apresentação de trabalhos de alunos e professores, gincanas culturais e esportivas. A realização do evento (no mês de outubro) poderá ser em função da comemoração do Dia do Professor, o que na realidade não impede de a Faculdade realizá-lo em uma outra data mais conveniente.

O objetivo da Semana do Educador é promover uma maior integração tanto entre a Faculdade e a comunidade externa como entre os próprios acadêmicos e professores. Durante todo o ano, os preparativos para a Semana do Educador exigirão ótima articulação entre ensino, pesquisa e extensão para o sucesso do evento. As atividades nestas três esferas podem ser realizadas individualmente ou coletivamente, sendo que os resultados relevantes refletirão todo o esforço da instituição na formação complementar dos alunos/acadêmicos.

Neste evento, poderão ser divulgadas as atividades do Núcleo de Pesquisa e também do Núcleo de Prática em Educação. Espera-se contar com o apoio da comunidade local e regional, convidando-se acadêmicos e profissionais de instituições da cidade e região, para ministrarem cursos e palestras de interesse da comunidade acadêmica.

8.4 Atividades Complementares

Trata-se de elementos complementares na estrutura curricular do curso, compreendendo um total de 100 horas a serem cumpridas obrigatoriamente durante todo o curso de graduação. A carga horária deverá ser cumprida através de:

a) módulos temáticos

- b) seminários (participação, preparação e execução), que estejam relacionados com o curso em tela
- c) simpósios (participação/organização)
- d) criação e participação em projetos de atividades comunitárias
- e) atividades de monitoria e assessoria em educação
- f) palestras (participação, organização e execução)
- g) oficinas pedagógicas (participação, organização e execução)
- h) outras atividades de cunho educativo.

Somente serão validadas as atividades que tenham documentos comprobatórios, como certificados, diplomas ou declarações expedido por órgãos ou instituições reconhecidas pela FAAST. Caberá ao Coordenador de Curso de Pedagogia, ou ao colegiado de curso ou comissão por eles nomeada, analisar e aceitar ou não as referidas declarações de atividades complementares desenvolvidas.

Não será validada como Atividades Complementares, a carga horária do Estágio Supervisionado ou monitorado.

Somente serão passíveis de composição das Atividades Complementares, aquelas desenvolvidas durante o período de graduação, ou seja, atividades desenvolvidas antes do ingresso do aluno no curso não poderão ser validadas.

O objetivo final das Atividades Complementares, é fazer com que, através da obrigatoriedade, o estudante seja melhor preparado durante o período de graduação, visto que o aprendizado em sala de aula pode não ser adequadamente suficiente para cumprir a tarefa didático-pedagógica da instituição em função dos restritos tempos-espaços acadêmicos.

Deverão ser abordados, nestas atividades, temas como novas linguagens e educação; informática e educação; novas tecnologias; sociologia do trabalho; trabalho, novas tecnologias e educação; educação infantil; educação de jovens e adultos; ensino fundamental e currículo; educação sexual na escola; o escolar e a questão das drogas; educação comparada; educação e literatura infantil; educação e saúde; psicopedagogia e terapêutica; etc. como atividades enriquecedoras do currículo do curso, sem, necessariamente estarem organizados sob a forma de disciplinas.

8.5 Seminário de Iniciação Científica

8.5.1 Concepção e Diretrizes da Pesquisa e Iniciação Científica na FAAST

Não há Universidade ou Instituição de nível superior sem criação e/ou uso do saber. Tal criação e/ou uso se efetiva por intermédio da pesquisa indissociada do ensino, pois, sem dúvida, existe interação fecunda entre o saber, o saber novo e a sua transmissão, uso e disseminação, sobretudo, com vistas à crítica da comunidade acadêmico-científica.

Pressuposto fundamental na produção do saber é a liberdade, pois o espírito humano jamais se sujeita a prisões e clausuras que o forcem a calar-se ou limitar-se. Difícil é, ainda estabelecer *a priori* o que é e o que não é relevante para a criação do saber, pois a ciência é construída pelo constante evoluir e acrescentar do trabalho cotidiano de muitos não somente de achados espetaculares de poucos iluminados.

No atual momento histórico pelo qual passa a humanidade, o célere desenvolvimento das ciências leva a novas formas de geração do conhecimento com base na informação e na automação, provocando mudanças no padrão de produção, uso disseminação de ciência e tecnologia (C&T). Desta forma, ao insistir

num projeto de educação voltado apenas para o repasse do conhecimento existente, corre-se o risco de transmitir informações ultrapassadas ou de apresentarem-se sob formas desatualizadas, não condizentes com a realidade na qual os profissionais das diversas áreas irão atuar.

Portanto, diz Demo (2002), a produção do conhecimento só é possível a partir da pesquisa; e, desse modo, toda a atividade de pesquisa é necessária e importante no contexto das céleres mudanças/transformações do mundo; sendo importante e necessário que ela atinja a Universidade como um todo deixando de constituir ilhas desarticuladas para contextualizar-se num todo abrangente e ligado a amplitude universitária, como fonte e promotora da construção do saber e do conhecimento.

Nestes tempos excessivamente pragmáticos, é preciso estabelecer valores que sustentem uma concepção de Universidade ou de uma Instituição de Ensino Superior (IES), a qual deve ser analisada no contexto da sociedade em que se insere e, certamente, seu principal substrato é a produção, o uso e a disseminação do conhecimento, o qual deve ser ligado às suas duas versões fundamentais: a cultura erudita e a cultura tecnológica.

Apesar de não desprezar as outras manifestações sócio-culturais, a Universidade/IES deve traçar as linhas do discurso e do tipo de conhecimento que produz, acumula e transmite. É na atuação e reflexão que a Universidade/IES busca entender, analisar e explicar os fenômenos sociais e naturais como forma de pensar o seu tempo e as estruturas sócio –político –econômico -culturais, na qualidade de agente provocador de mudanças, diz Demo (2002).

É nessa ótica que a Universidade/IES vê a humanidade em uma perspectiva e busca de soluções alternativas para seus problemas presentes que possam servir de suporte ou base para prever os que advirão no futuro. Esse papel será tanto mais

desempenhado com eficiência e qualidade quanto mais a disseminação do saber seja fruto também de sua investigação e produção, voltando-se às realidades locais, regionais e nacionais.

A pesquisa e sua iniciação são básicas para o desenvolvimento científico, tecnológico, pedagógico e social de uma nação. Sem pesquisa não pode haver desenvolvimento contextualizado, nem intelectual, nem tecnológico e, conseqüentemente, haverá um comprometimento do desenvolvimento social, econômico, político e ético-moral da sociedade.

Além disso, deve a Universidade/IES estar atenta às mudanças que ocorrem celeremente na sociedade, pois como centro formador de profissionais não pode permanecer alheia às exigências constantemente renovadas do mercado profissional atual e futuro. Por isso, um novo elemento se interpõe, ou seja, o perfil do profissional que ela prepara e coloca à disposição do mercado.

Esse perfil deve pensar um profissional que domine os recursos tecnológicos, teóricos e práticos, sofisticados, combinando à capacidade de processar informações das mais variadas fontes e transformando-as em indicativos para a ação prática.

A FAAST, Instituição de Educação Superior de caráter privado, além de oferecer qualificação teórico-científica sólida, preocupa-se em propiciar formação humana social, política e eticamente situada, permitindo a seus egressos a concretização da humanização do homem e de sua inserção em uma realidade cambiante, ágil e necessária aos desafios da contemporaneidade, visando "construir uma ciência prudente, para uma vida decente", conforme propõe Boaventura de Souza Santos (1999, p. 38), que habite o profissional egresso ao diálogo adequado com sua realidade.

8.6.2 Objetivos

O programa de pesquisa e iniciação científica da FAAST visa oferecer apoio a projetos que venham a subsidiar políticas e decisões prático-pedagógicos e ambientais, em áreas consideradas prioritárias. Nesta proposta, em cooperação com as Coordenações de Cursos, Núcleo de Extensão e Pós-Graduação, a FAAST buscará incentivar a elaboração e execução de Projetos de Pesquisa e Iniciação Científica orientados para a geração integrada e sistematizada do conhecimento, de forma a apresentar novos elementos de avaliação, de reformulação e de delineamento de ações relacionadas à ciência, a tecnologia e ao mercado de trabalho de seus alunos, professores e egressos.

Nesta perspectiva, são considerados objetivos institucionais da FAAST:

- desenvolver visão crítica sobre o conhecimento existente com relação aos temas:
 Educação, Ciência, Tecnologia e Trabalho no âmbito da pesquisa e do saber;
- possibilitar a análise crítica de projetos e/ou experiências desenvolvidas nas escolas, formais e/ou informais, relativos a questões importantes da realidade local e regional frente ao progresso técnico, ao processo e problemática do trabalho, da produção, uso e disseminação do conhecimento e da formação da pessoa humana, eticamente situada;
- estimular a ação de projetos de pesquisa que proponham linhas teóricometodológicas para a formação docente na área da educação e técnico-profissionais na área da gestão ambiental, entre outras;
- estimular experiências de investigação e estudos que venham a contribuir para a renovação dos métodos e instrumentos de conhecimento e de divulgação científica, especialmente na região de abrangência da FAAST;

- subsidiar, acompanhar e assessorar os trabalhos científicos-acadêmicos e práticas que garantam o desenvolvimento integral da pessoa e da comunidade de abrangência da FAAST;
- estimular perspectivas inovadoras, de estudos e pesquisas, as quais possam reforçar a importância e a necessidade primordial da presença da FAAST na comunidade local e regional;
- criar um corpus/lócus de investigadores que possam contribuir efetivamente com o desenvolvimento local e regional.

8.6.3 Política e pressupostos para o Planejamento da Pesquisa

O modelo de desenvolvimento brasileiro tem-se sustentado em relações sociais e políticas autoritárias, quadro, aliás, que nas últimas décadas configurou-se internacionalmente. Apesar desse tipo de relações estarem presentes em todos os setores da sociedade, é no plano econômico que elas se manifestam mais claramente, através das relações de produção, da divisão e organização do trabalho, na produção de serviços, na geração e distribuição da renda e nas formas de emprego e acesso a locais e serviços.

Um dos componentes fundamentais dessa situação é, sem dúvida resultante do processo histórico de desenvolvimento da sociedade capitalista que traz impactos, problemas e crises, as quais, se acentuam pelas contradições que o próprio processo gera; de um lado a aplicação de tecnologias altamente sofisticadas geradas pela terceira revolução industrial e, de outro, sociedades que buscam se igualar as primeiras, porém a passos mais lentos aprofundando cada vez mais, seu atraso frente às conjunturas internacionais, eficazes e céleres na inovação e na mudança.

Assim a formação de profissionais mais qualificados impõe-se como uma necessidade urgente às Universidades e IES, como forma de acompanhar o acelerado desenvolvimento tecnológico-científico-cultural e a transformações decorrentes desses processos, que impactam sobremaneira na vida dos povos e das nações.

Esses efeitos sensíveis sobre as estruturas sócio-econômico-culturais-técnicas, apontando para a construção e desenvolvimento de novos conhecimentos, para o surgimento de novas ocupações e profissões, têm levado os órgãos de fomento a pesquisas, a inovar com vistas a estabelecer subsídios e formular políticas científicas e tecnológicas. Nesse sentido, uma reformulação e mudança de conceitos sobre o ensino de graduação/pós-graduação e um aprofundamento de novas linhas de pesquisa torna-se necessário e indispensável.

Frente a esse quadro e, principalmente, pela exigência de acelerar a reformulação de políticas para a formação e a qualificação técnico-científicas de seus docentes e, por extensão, de seus acadêmicos, é que a FAAST preocupou-se em instituir uma política de pesquisa, além de rever as políticas do ensino, objetivando uma melhoria de sua qualidade acadêmico-institucional, condizente com os desafios da contemporaneidade.

Em termos conceituais, a presente proposta teve como um dos seus princípios básicos a clareza de que a tecnologia e o conhecimento não são autônomos e, por si só, não determinam os resultados sociais; mas a responsabilidade social que deve orientar e congregar as ações no sentido de inverter o processo gerador de desigualdades sociais e a seletividade entre as categorias sociais, injustas e excludentes. Para tanto, os profissionais devem ser chamados a participar das mudanças, que só serão possíveis se houver uma melhor

distribuição do saber e da qualificação profissional, em todos os níveis de ação/formação.

Entretanto, não existe um modelo único e acabado de política educacional que garanta a integração e interação entre as partes envolvidas; mas o mesmo poderá surgir a partir do compromisso e da atuação das IES no contexto em que atuam, através da investigação, da produção, do uso e da disseminação do conhecimento de forma equânime, ética e humana.

Assim, a FAAST procura desenvolver ações que possibilitem uma aproximação entre as novas tecnologias e o trabalho, para que o conhecimento não seja considerado um mero objeto, mas que contribua para a participação ativa nos processos de desenvolvimento e progresso dos povos e das nações.

Trata-se, pois de considerar uma política de conjunto para a formação especializada de profissionais que, por um lado preocupem-se com sua própria formação e desenvolvimento e, por outro lado, contribuam com o desenvolvimento de suas comunidades profissionais e sócio-políticas-culturais.

Sabe-se que o processo de desenvolvimento tecnológico não é privilégio dos que concebem e inventam tecnologias, mas há interdependência, interfaces e estreitas comunicações entre os diversos níveis de preparação e estruturação da formação tecnológica-científica-acadêmica-profissional.

O espírito criativo, que caracteriza as invenções tecnológicas perpassa a inteligência daqueles que investigam, através da pesquisa e daqueles que compreendem as tecnologias sem as ter inventado, mas que, certamente, serão criativos no modo como as interpretações, transferem e aplicam.

É necessário, portanto, que se tenha uma visão global desse processo. Pouco adiantará investir isoladamente na formação de um corpo crítico de alto nível, capaz

de investigar e gerar novas tecnologias, sem o apoio daqueles que as interpretam e delas fazem uso. Entretanto, hoje se percebe muito claramente, o desnível e o vazio existente entre a formação de alto nível e as intermediárias, não só em termos de correlação, como também de quantidade e qualidade.

O que se propõe, na verdade é, buscar a criação de novos modelos, adaptados às circunstâncias locais e regionais inovadoras, capazes de gerar novos conteúdos e programas voltados para o contexto local, regional no qual se insere a FAAST.

Tendo presente que a atividade de pesquisa é importante, necessária e indispensável é que se justifica a criação de um Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica NUPESQ na FAAST, o qual, com sua estrutura, será o responsável pela articulação entre os diferentes campos e setores da IES local.

Considerando-se o desempenho dessa estrutura em termos de otimização qualitativa e de uma eficácia de ação capaz de efeitos multiplicadores positivos ele necessita de administração eficiente, sendo este um dos objetivos do NUPESQ, o qual deve, assim capacitar-se para estruturar, articular, cadastrar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades de pesquisa e Iniciação Científica na FAAST, estimulando ações de extensão universitária.

O número de projetos e de pesquisadores, a diversificação das suas atividades, bem como o volume dos investimentos realizados, poderão conduzir à necessidade da implantação de serviços racionalizados, ou seja, de um Núcleo de Pesquisa, fundamentado em um sistema automatizado de informações aos quais os pesquisadores da FAAST possam ter livre acesso.

Dever-se-á criar um sistema que permitirá a estruturação, a articulação, o cadastro, o acompanhamento, o controle e a avaliação da pesquisa na Faculdade,

com um mínimo de custos, pois, toda a sua programação e uso de computadores podem ser desenvolvidos com o pessoal e as máquinas disponíveis na FAAST em seus diversos setores, com um mínimo de tempo necessário para a sua implantação.

Só então o NUPESQ e seus setores poderão aprofundar sua atuação, quer na orientação de grupos de pesquisa e de pesquisadores individuais, com vistas ao estabelecimento de criativas pesquisas atuais, como na projeção e divulgação das mesmas junto aos agentes financeiros, estaduais, nacionais e internacionais e promovendo eventos para divulgá-las como o Seminário de Iniciação Científica anual da FAAST.

8.6 Estágios Supervisionados.

As atividades de Estágio Supervisionado constantes da Matriz Curricular do Curso de Pedagogia da FAAST, deverão ser desenvolvidas em instituições escolares (públicas ou particulares e não governamentais) e não escolares, haja vista que a educação necessita estabelecer vínculos com os diferentes grupos de associações, organizações e instituições da sociedade, para que o acadêmico tenha a possibilidade de construir e reconstruir seu conhecimento entre as diferentes ciências, estabelecendo relações e interfaces entre o processo teórico-prático e sua formação e, entre essa formação e os aspectos culturais determinados no processo histórico pela humanidade em seus avanços e retrocessos, entendendo-se como sujeito histórico e agente transformador de sua realidade social.

Tais práticas sinalizam, no sentido de favorecer assim, a compreensão de que os processos de formação do Pedagogo/educador comprometido com a efetiva integração da escola com a comunidade se dão em consonância com as reais necessidades, demandas e exigências de um mundo em constante processo de

transformações e mudanças e que o profissional educador não pode, sob pena de alijar-se dos contextos, deixar-se ficar à margem dos referidos acontecimentos e mudanças.

O Estágio Supervisionado será realizado obrigatoriamente no período indicado na Matriz Curricular do Curso e, será avaliado considerando-se o desempenho do estagiário e ser-lhe-ão atribuídos pontos de acordo com a escala estabelecida no indicador de estágio, publicada anualmente pela Coordenação do Curso de Pedagogia da FAAST. O aluno que não obtiver pontos suficientes para aprovação deverá repetir o estágio, no período seguinte.

Para entender dos Estágios Supervisionados do Curso Pedagogia - Licenciatura da Faculdade Astorga – FAAST, é fundamental compreender a prática como um processo dentro do qual acontece a interação entre acadêmicos e professores, ao desencadearem-se os momentos de ação, reflexão, ação. O primeiro momento, o agir, é seguido da reflexão crítica sobre esse agir para então se voltar à ação a partir da reflexão feita.

Esse entendimento da prática no Estágio Supervisionado serve de referencial para se construir a interação entre as pessoas, em especial entre acadêmicos e professores, envolvidos nesse processo, sem perder o vinculo com as demais instâncias que envolvem tal formação.

O estágio faz parte da formação profissional pelo exercício direto *in loco*, que pretendem oferecer ao futuro licenciado um conhecimento da realidade em situações de trabalho. Como modo especial de atividade de capacitação e componente do projeto pedagógico do Curso Pedagogia - Licenciatura, ele deve ocorrer na fase final em unidades escolares ou não escolares onde o acadêmico assume efetivamente o papel de professor/pedagogo. Por isso, é fundamental que o

Estágio Supervisionado, desde o início até o final do curso, represente um momento máximo de formação/atuação em que a relação teoria/prática se torne um ato educativo em ação.

A relação teoria e prática passa então a ser entendida pelo Curso Pedagogia - Licenciatura da Faculdade Astorga - FAAST como um eixo articulador de produção do conhecimento dentro da dinamicidade do currículo, possibilitando que durante o curso o acadêmico realize ações e intervenções diferenciadas em diferentes momentos, perfazendo um total de 300 h de Estágio Supervisionado, devidamente orientado e em acordo com as demandas locais, regionais e estaduais, de educação e desenvolvimento do alunado da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como de outros níveis da educação formal e não formal, previstos para a prática docente dos egressos de curso de Pedagogia pelas suas diretrizes norteadoras mais atuais.

O Estágio Supervisionado supõe uma relação pedagógica entre um profissional em atuação – o professor - e o acadêmico – aluno - que está em período de estágio, com o auxílio de diversificados recursos instrucionais, sob a orientação de seus professores, visto no processo formativo como orientadores, facilitadores e estimuladores de uma formação humana e eticamente situada.

Embora o estágio seja uma atividade curricular, é entendida, em nossa proposta do curso de Pedagogia – Licenciatura da FAAST, não somente como necessária à obtenção da certificação ou diplomação, mas sim visto como um momento privilegiado de preparação para o trabalho na escola e em outras instituições, mesmo não formais, mas que atuem como atividades educativas.

As horas de estágio, agregadas ao tempo de execução dos demais componentes curriculares, compõem um espaço-tempo propício à constituição do

professor para o magistério dos anos iniciais do Ensino Fundamental, do magistério na Educação Infantil e da docência das disciplinas do Ensino Médio (Normal), além das demais funções de apoio exigidas na formação do Pedagogo/educador, visto aqui também como um líder sócio-cultural, animador da inteligência coletiva do alunado (Pierre Levy, 2002).

Os Estágios Supervisionados serão desenvolvidos nos centros de educação infantil, nas escolas de Rede Municipal, Estadual e Particular, nas instituições não escolares, e nos colégios que ofereçam a modalidade do Curso Normal em nível médio, públicas ou privadas, ou em disciplinas de cursos profissionalizantes, onde seus conhecimentos sejam necessários, de forma que o discente tenha a oportunidade de desenvolver e refletir sobre a sua prática pedagógica em momentos e séries diferentes estabelecendo relações construentes entre si e o meio educativo no qual atuar e desenvolvendo assim ações em todos os níveis de ensino desejáveis para a formação do Pedagogo./educador

Os Estágios Supervisionados terão necessariamente que transcender da sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar, envolvendo uma articulação com os órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino. Desta forma o estágio curricular supervisionado de ensino é entendido como o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a sua prática e, depois exercer uma profissão ou ofício. Assim, o estágio curricular supervisionado suporá uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Este momento deverá servir para o aluno estagiário desenvolver práticas que lhe permitam analisar, avaliar e refletir sobre a prática educacional no cotidiano da educação.

- O Estágio Supervisionado terá a supervisão e a avaliação feitas do seguinte modo:
- a) Nas práticas supervisionadas a elaboração, da proposta de atuação será acompanhada e supervisionada pelo professor da disciplina de Estágio Supervisionado e nas aulas práticas no ensino médio (Normal) elas serão acompanhadas também pelo professor da disciplina na escola onde se realiza a prática. O desenvolvimento da prática será acompanhado pelo supervisor de campo e pelo coordenador de estágio:
- b) Todas as práticas culminam com a socialização do conhecimento em Relatório de Estágio Final que deverá ser apresentado em forma de relatório científico;
- c) O aluno deverá ser desafiado a produzir um artigo ao final do relatório para ser publicado em revista interna. (atividade opcional/complementar).

8.7 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) constitui-se em um momento de potencialização e sistematização de habilidades e conhecimentos adquiridos ao longo da graduação na forma de pesquisa acadêmico-científica. Trata-se de uma experiência fundamental na formação do professor, uma vez que lhe proporciona a oportunidade de resolver de forma rigorosa e criativa problemas teóricos e empíricos.

Introdução

O Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência curricular para a obtenção do Diploma de Licenciatura no Curso de Pedagogia - Licenciatura.

Deve ser compreendido como parte do processo de formação profissional, sendo um momento de síntese e expressão da sua totalidade.

É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante das indagações geradas a partir da experiência de estágio, bem como da própria profissão.

Esse processo realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas.

Diretrizes Preliminares

- O presente regulamento objetiva normatizar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como atividade obrigatória para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia da FAAST;
- O TCC consiste em uma pesquisa individual monográfica a cerca de qualquer temática curricular desde que seja vinculada as questões da educação básica;
- O TCC será desenvolvido pelo aluno sob a orientação de um professor do Curso de Pedagogia Licenciatura ou por outros docentes da Instituição, que tenham experiência comprovada, na área de pesquisa de interesse do aluno.

Competências da Coordenação do Curso em relação ao TCC e dos Professores Orientadores

A – Competências do Coordenador de Curso:

- Supervisionar a elaboração e implementação do Plano de Trabalho dos professores orientadores;

- Acompanhar e avaliar as atividades e/ou decisões dos professores orientadores de TCC;
- Atuar junto aos professores da área de Metodologia do Trabalho Científico e Pesquisa Pedagógica, especialmente os orientadores do TCC, na supervisão da adequação do conteúdo das referidas disciplinas desta área às exigências do Trabalho de Conclusão de Curso;
- Convocar e realizar reuniões periódicas com os professores orientadores e / ou alunos da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso;
- Organizar formalmente e em tempo hábil, os alunos conforme a matriz curricular e os professores orientadores, observando a coerência do tema que o aluno pretende desenvolver com a área de atuação do professor orientador;
- Decidir sobre alteração deste regulamento, bem como de resolução de casos omissos.
 - B Competências dos Professores Orientadores:
- Dedicar a cada orientando duas horas mês para tal atividade, realizadas em datas definidas pelo orientador e assinaladas em formulário próprio, no qual constará a freqüência e a assinatura do aluno (planejamento de orientações);
- Fixar um horário, em comum acordo, devendo comunicar por escrito à Coordenação de Curso;
- Entregar o Formulário de Orientação, contendo freqüência e avaliação bimestral dos alunos devidamente preenchido à Coordenação de Curso;
- Solicitar e avaliar relatórios parciais que lhe for entregue pelo orientando, atribuindo-lhes as respectivas considerações e orientações;
- Acompanhar o trabalho em todas as suas etapas, bem como efetuar uma revisão final antes da entrega do mesmo à banca examinadora;

- Verificar se o trabalho ajusta-se às normas técnicas de apresentação escrita.
 Se houver necessidade, solicitar ao aluno que submeta o trabalho a revisão ortográfica por professor de Língua Portuguesa;
- Participar da banca de defesa de TCC de seus orientandos;
- Assinar, junto com os demais membros da banca, a ata de defesa com a avaliação final do TCC.

Direitos e Deveres dos Alunos em Fase de Elaboração de TCC

- É obrigatório o comparecimento do aluno às reuniões acertadas com seu orientador. Será feito o controle de presença, sendo exigido o mínimo de 75% de freqüência. Ausências superiores a 25% das orientações previstas determinarão a exclusão do aluno do programa de orientação do período em curso;
- O trabalho será acompanhado passo a passo pelo professor orientador. Não será aceito, portanto, trabalho que não tenha tido essa supervisão, bem como aquele que fuja ao universo temático estabelecido;
- Frequentar as reuniões convocadas pela Coordenadoria de Curso;
- Cumprir o calendário fixado pela Coordenação de Curso e / ou professor orientador para entrega dos relatórios parciais e finais;
- Elaborar o projeto de monografia que deverá ser entregue ao final do ano e entregar o TCC no final do ano, em datas e tempos hábeis definidos, informados e socializados nos espaços destinados a tal finalidade na IES, o qual deverá ser submetido à banca examinadora;
- Defender o TCC no dia, horário e local determinado pela Coordenação de Curso.

O Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

- O aluno deverá elaborar o seu projeto de TCC de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas disciplinas Metodologia do Trabalho Científico e pelas normas internas editadas pela FAAST em livro próprio, acessíveis a todos os alunos e aos seus professores, devidamente adaptadas das normas oriundas da BNT.
- O projeto de TCC deverá ser apresentado segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, com as adaptações elaboradas pelos professores de Metodologia da Pesquisa da IES FAAST, sem ferir os princípios macro estruturais de uma pesquisa de cunho de iniciação científica adequada a um trabalho de tal natureza.

A Elaboração do TCC

- A elaboração do TCC deverá ser concluída no final do 4º ano do curso de Pedagogia , conforme se prevê em sua Matriz Curricular.
- O TCC deve ser elaborado segundo os padrões de um trabalho científico, caracterizado pela clareza e pela precisão e, dentro das normas metodológicas da FAAST;
- O TCC deverá ter a seguinte estrutura: folha de rosto, folha de aprovação, sumário, introdução, desenvolvimento, considerações finais (conclusão), referências bibliográficas (ou bibliografia) e anexos (se houverem).

A Entrega do TCC

O aluno deverá entregar, na Coordenadoria do Curso de Pedagogia Licenciatura, três exemplares do TCC, encadernados de maneira simplificada
(brochura), segundo os calendários próprios a serem editados e publicados em
tempos específicos a cada turma de alunos;

- Após a defesa pública do TCC, o aluno deverá realizar as correções sugeridas pela Banca Examinadora e entregar, na Coordenadoria do Curso de Pedagogia Licenciatura, um exemplar encadernado no padrão da instituição. A não entrega do TCC revisado e encadernado acarretará na não obtenção do título de Licenciado em Pedagogia;
- Os prazos para entrega das cópias preliminares para a defesa e da cópia do trabalho final serão estabelecidos em conjunto com os professores orientadores e os professores examinadores.

A Banca Examinadora

- A versão final do TCC deverá ser defendida pelo aluno no final do 4º ano do Curso, (8º semestre) perante uma banca examinadora composta pelo professor orientador e por 02 (dois) professores examinadores;
- Os professores que comporão a banca serão designados pelo Coordenador do Curso, considerando a temática do TCC com a área de conhecimento específico do professor;

A Defesa do TCC

- As sessões de defesa dos TCCs serão públicas, convocadas pela Coordenação de Curso, com datas e horários publicados e divulgados nos murais da instituição;
- Não é permitido aos componentes das bancas examinadoras comentar sobre o conteúdo do TCC antes da sua defesa:
- Cabe ao professor orientador coordenar a mesa, iniciar e finalizar os trabalhos, fazer o controle do tempo e redigir a ata da apresentação em formulário próprio;

- A duração da Banca examinadora será, no máximo, de 45 minutos, para cada Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.
- Na avaliação do trabalho, a Banca Examinadora levará em conta os seguintes critérios: a clareza e a objetividade do trabalho, a coerência ente o enunciado e a conclusão, as apresentações escrita e oral do aluno;
- A Banca Examinadora poderá considerar o TCC: aprovado ou reprovado.

ANEXO A

MINUTA

NORMATIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA DA FAAST

Introdução

Nos cursos ministrados pela Faculdade Astorga, o estágio curricular será desenvolvido de acordo com as diretrizes e normativas para a formação de professores e a carga horária mínima exigida é de 300 horas.

Da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, destaca-se o artigo 82: "Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição".

O acompanhamento do estágio curricular é realizado pelo supervisor de campo na organização proponente do estágio e pelas instâncias dos cursos ministrados pelo Instituto colocado para esta finalidade: Coordenação de Estágio e pelos professores supervisores de Estágio.

I - Procedimentos para colocação do aluno em estágio

O estágio se insere no espaço de ação profissional, via organizações de trabalho públicas, privadas, governamentais, não governamentais e movimentos sociais, as quais oferecem vagas no mercado de estágios.

O estágio também é oferecido em projetos de Iniciação Científica e Projetos de Extensão da Instituição.

A institucionalização do campo de estágio é responsabilidade da Instituição FAAST, para o que exige: 1) o local de estágio se constituir efetivamente em espaço de construção e sistematização da prática profissional. 2) existência de um profissional-supervisor direto do aluno no local de estágio. 3) a necessidade de elaboração do plano de estágio e do sistema de avaliação semestral do aluno, pelo profissional (professor) – supervisor de campo.

Colocação em estágio:

- Procurar as ofertas de vagas, feitas por diferentes organizações, no QUADRO DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIOS.
- Oferta de estágio advinda de outra fonte ou meio de divulgação, deve ser imediatamente informada à Coordenação de Estágios, para proceder à abertura institucional do campo de estágio.
- Participar da seleção de estagiários nas organizações;
- Aprovado em seleção, o aluno deverá: 1) receber as orientações quanto à sua contratação; 2) retirar a seguinte documentação: Plano de Atividades de Estágio, Termo de Compromisso, proposta de Convênio entre a FAAST e a Instituição de Ensino proponente do estágio (escolas-campo). Esta documentação visa garantir os direitos e deveres, o compromisso e responsabilidade das

organizações quanto à sua inserção como estagiário nesse período da formação profissional.

 Qualquer alteração no estágio deve ser comunicada à Coordenação de Estágios do Curso.

II - Acompanhamento do estágio:

1. Pela Instituição Superior de Educação:

O estágio curricular tem acompanhamento direto da Coordenação de Estágios do Curso.

A **Coordenação de Estágios** dispõe de Plantão semanal, com agendamento prévio na Secretaria da FAAST, para atendimento aos alunosestagiários. Caso precise de atendimento imediato, solicitar à Secretaria que localize a Coordenação de Estágios.

A Coordenação de Estágios é responsável pelo acompanhamento acadêmico-pedagógico do aluno e terá como objetivos:

- Capacitar o aluno para o trabalho profissional nas dimensões teórica, técnicooperativa e ético-política.
- **Identificar** as demandas postas à profissão na especificidade dos espaços ocupacionais, suas dimensões contraditórias, suas expressões singulares da produção/ reprodução das relações sociais.
- **Identificar** as demandas tradicionais, sua atualização e as emergentes que incorporam novas necessidades sociais.
- **Identificar** as respostas dos profissionais da organização frente às demandas: suas práticas, sistematizações e saberes traduzidos em estratégias, procedimentos e práticas específicas.

- **Aprender, treinar, exercitar** habilidades operacionais entendidas como o manejo dos instrumentos profissionais.
- Compreender a gestão social de serviços nas esferas pública e privada, articulando as áreas de administração, planejamento; pesquisa na elaboração de serviços e elaborar projetos de investigação e de intervenção.

Junto ao Supervisor de Campo, o Coordenador de Estágio realiza:

- gestões para abertura de campo de estágio;
- a interpretação ao supervisor da natureza diversificada das atividades que de fato consubstanciam o Plano de Estágio e as que necessariamente devem ser supervisionadas;
- o estabelecimento de espaço no Instituição para estudo, reflexão, intercâmbio
 de experiência, aprofundamento acerca da prática profissional e da prática de estágio;
- visitas aos locais de estágio.

2. Pelo Supervisor de Campo, no local de estágio:

A supervisão de campo, também denominada Supervisão Direta, é entendida nas dimensões do campo de estágio (área da prática) e da aprendizagem na convivência com o exercício profissional.

À supervisão de campo atribui-se o registro efetivo de comprovação de carga horária e da qualidade das atividades desenvolvidas pelo estagiário, bem como a reflexão, acompanhamento, estudos e sistematização das atividades desenvolvidas pelo mesmo com base em Plano de Estágio o qual terá acompanhamento pela Coordenação de Estágios.

A FAAST deverá oferecer, como contrapartida aos serviços de orientação prestados pelo Supervisor de Campo, como forma de integração e motivação;

cursos, mini-cursos, workshops e demais correlatas atividades extensionistas de cunho acadêmico e científico, que por sua vez terão como prioridade desenvolver o papel de atualização e re-capacitação permanentes dos profissionais do Magistério.

3. Avaliação do aluno-estagiário:

O processo de avaliação do aluno-estagiário é sistemático, quer com o professor supervisor de Estágio, quer com o supervisor de campo.

Na Supervisão de Estágio há um processo sistemático de avaliação do aluno com base nos seguintes instrumentos: Plano de Estágio e Roteiro de Avaliação do Estágio (modelos propostos pela Equipe de Supervisão Acadêmica), e documento de Carga Horária.

Os critérios e procedimentos de avaliação do aluno-estagiário adotados pela Supervisão de Estágio e Coordenação de Estágios da IES – FAAST - podem ser resumidos em:

- Presença do aluno às aulas de Supervisão de Estágio, com direito a combinar a reposição de uma falta justificada, excedente ao limite legal de 25% de ausência no curso;
- Pontualidade às aulas de Supervisão de Estágio;
- Participação e envolvimento nas propostas da disciplina;
- Apresentação de trabalho escrito, de reflexão sobre o estágio, para conclusão do semestre;
- Apresentação da documentação comprobatória do estágio: Termo de Compromisso, Plano de Estágio, Roteiro de Avaliação e Documento de Carga Horária:
- Atendimento aos prazos combinados para as tarefas, com o total de critérios atendidos até a última aula do ano letivo.

A avaliação indicará reprovação do aluno-estagiário nas seguintes situações:

- O aluno que não concluiu estágio no ano letivo e não é permitida somatória de número de horas e nem retroação de número de horas de um ano para outro;
- O aluno que excedeu o limite legal de 25% de ausência na disciplina de Supervisão Acadêmica.
- O aluno reprovado em um ano terá que cumpri-lo, posteriormente, matriculando-se na disciplina para o respectivo acompanhamento;

4. Mudança de estágio e comprovação de Carga Horária:

O aluno deve permanecer no estágio no período de um ano letivo, conforme a matriz curricular do curso em tela, a não ser que do ponto de vista pedagógico, a situação exija alteração de estágio;

- O aluno deve ser orientado e acompanhado, quando da mudança do estágio, que será aceito mediante a consulta dos seguintes profissionais, co-responsáveis pelo processo de estágio: Coordenador de Estágio, Supervisor de Estágio e Profissional (professor) Supervisor de Campo;
- O aluno que, por razões explicitadas, interromper o estágio, deve dirigir-se à
 Coordenação de Estágios da Instituição, para o encerramento administrativoacadêmico do estágio;

Parágrafo Único: Os casos omissos ou excepcionais serão objeto de análise criteriosa da Coordenação de Estágios.

III. Procedimentos especiais para ofertas diferenciadas de estágios

A oferta do estágio é balizada pela Política de Estágio da FAAST e pelas Instituições de Ensino formais ou não formais devidamente conveniadas.

1 - Estudante-Trabalhador: O estágio no local de emprego do aluno

Caberá a Coordenação de Estágio avaliar a possibilidade do aluno estagiar em seu local de trabalho, distinguindo claramente a atividade de estágio da atividade de emprego, desde que a mesma organização apresente as condições exigidas para a colocação e o acompanhamento de Plano de Estágio.

A qualificação e otimização do estágio para o estudante-trabalhador são possíveis, a partir de uma negociação, onde o empregador libera-o, em um número de horas exigidas pela formação, para estagiar na área de Magistério.

2 - Estágio Remunerado/ Não Remunerado

Para atender à dimensão acadêmico-curricular do estágio na relação com a política de ensino, aplica-se a nomenclatura de estágios não-remunerados aos locais onde não haja qualquer repasse financeiro para o aluno.

Na abertura do campo de estágio, a Coordenação de Estágios deve negociar com os empregadores para que as instituições, empresas ou organizações sempre possibilitem estágio remunerado ou modalidades de ajuda de custo aos alunos.

Sendo o estágio supervisionado considerado uma das modalidades curriculares para a formação profissional, a Coordenação de Estágios tem por base que a não-remuneração não deve implicar em se atribuir ao estágio o caráter de atividade voluntária. Fica assim eliminado qualquer sentido de "estágio voluntário".

IV. Plano de Estágio Profissional Acadêmico

1 - Identificação:

Nome da Instituição de Ensino/sigla

Nome do Professor-Supervisor:

Nome do aluno estagiário:

2 - Especificação da carga horária do estágio:

Total	de	horas	previstas	para	0	ano	letivo	no	período	de	estágio	de
			/									
Horas	manais:	h										
Horas	s diá	rias:		h								

Explicitar: Carga Horária Aplicada a ações junto aos usuários (quando o estagiário é efetivado).

Carga Horária Teórica: quando o estagiário é orientado para leituras e problematizações com o supervisor, com a equipe e com outros indicados (seminários, simpósios, grupos de trabalho, Cursos, Oficinas de trabalho, palestras, entre outros)

3 - Objetivo (s) do Estágio:

Em consonância com o previsto no Regimento interno da FAAST, no tocante aos procedimentos de avaliação do aluno e, conforme o apresentado acima, os objetivos do estagio supervisionado no Curso de Pedagogia da FAAST, situa-se como forma de complementação prático-teórica daquela obtida ao longo do curso, condizente com os conteúdos, as habilidades e compet6encias que o aluno deverá desenvolver em seu curso de formação, propondo-se acima de tudo que se constitua num profissional, apto, ética e socialmente responsável e capaz de dirigir situações de aprendizagem, auto-aprendizagem e emancipação autônoma de seu alunado.

4 - Natureza das Atividades de Estágio:

- Descrição das atividades de Magistério propriamente ditas;
- Descrição de outras atividades/funções requeridas pelo vínculo estagiário/professor;

- Estudos, leituras, discussões, reflexões e sistematização das diferentes atividades da prática de estágio e respectiva bibliografia.

V - Roteiro de Avaliação de Estágios

A Equipe Coordenação de Estágios do Curso de Pedagogia –Licenciatura da FAAST, expõe neste roteiro um conjunto de indicadores mínimos que, desenvolvidos pelo professor-supervisor e pelo estagiário e referidos ao Plano de Estágio em andamento, contribuirá para um melhor acompanhamento desta aprendizagem fundamental na formação dos alunos do referido curso.

O mesmo deverá ser respondido e enviado à Coordenação de Estágios quando da finalização de cada período (ou semestre) da carga horária completada pelo aluno.

Identificação:

Nome do aluno:

Instituição de Ensino:

Supervisor:

Especificações da carga horária:

Data de início do estágio:

Data prevista para término do estágio:

Dias da Semana:

Horário:

Carga Horária Aplicada a ações supervisionadas junto aos usuários: (quando o estagiário efetiva)

Carga Horária Teórica: quando o estagiário é orientado para leituras e problematizações com o supervisor, com a equipe, e com outros indicados (seminários, outros cursos, por ex.).

- Objetivos do Estágio
- Atingimento do(s) Objetivo(s) do Estágio
- Avaliação da Integração do Estagiário à Instituição

e a Comunidade externa

Avaliação pelo Supervisor do Desempenho e Compromisso do Estagiário no
 Cotidiano do Processo de Aprendizagem

Pontualidade

Assiduidade

Utilização do referencial aprendido no Curso de Magistério/na Instituição de Ensino/no próprio exercício da profissão

Criatividade

Compromisso

Participação

Iniciativa

Comunicação

A Dinâmica da Supervisão

Distribuição da carga horária de supervisão

Principais objetivos colocados pelo supervisor

Metodologia de supervisão

Objetivos alcançados

Objetivos a alcançar

Avaliação do estagiário na supervisão quanto a:

Pontualidade

Assiduidade

Utilização do referencial apreendido no curso de Pedagogia-Licenciatura/ na

Organização de Trabalho Pedagógico/ no próprio exercício da profissão

Utilização de outros conhecimentos pelo aluno

Criatividade

Compromisso e responsabilidade social

Participação e utilização do processo de supervisão

O aproveitamento do estagiário quanto aos objetivos colocados pelo plano de estágio:

Inserção no Plano/Projeto/Programa/locus do estágio

Conhecimento de políticas sócio-pedagógicas e culturais úteis ao seu autoconhecimento

Conhecimento de metodologias de intervenção

Conhecimento/aprofundamento e aplicação de instrumentos e técnicas utilizadas na Educação e seus processos

Realização de atividades de sistematização do exercício deste campo.

Principais ações supervisionadas desenvolvidas pelo estagiário:

Exemplos= projetos pedagógicos, workshops, brinquedotecas, contaço de histórias, atividades de lazer e recreação, envolvimento de crianças e jovens nas atividades planejadas, trabalhos com adultos e jovens analfabetos ou analfabetos funcionais, oficinas de leitura, oficinas de arte, de teatro, de fantoches, de LIBRAS, atividades de inclusão social, entre outras especificas dos campos pedagógico-educativos.

- elaboração de relatórios sobre visitas, entrevistas e estágio

- realização de leituras problematizadoras para enriquecimento de seu referencial teórico
- utilização e domínio de diversidade bibliográfica utilizada durante o Processo de Estágio, para sua fundamentação teórica e enriquecimento prático nas atividades previstas.
- fluência verbal, cinestésica e criativa no planejamento, execução e aplicabilidade das atividades do estágio.
- formas de interação com os demais envolvidos, bem como com os seus receptores nos campos de estágio.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I (org). Formação reflexiva de professores. Lisboa, Port: Porto, 1996

BAGNO, M. **Pesquisa na Escola.** São Paulo: Loyola, 1999

BICUDO, M.A.V. e SILVA JR, C.A. da S. **Formação do Educador.** Dever do Estado, tarefa da universidade. São Paulo: UNESP, 1996 V.3

BRAULT, M. **A formação do professor para a educação básica.** Perspectivas/cadernos de Educação básica –série. Inovações – 6. MEC/UNESCO, 1994.

BRZEZINSKI, I. **A formação do professor para o início de escolarização.** Goiânia, GO: Ed. UCG, 1987

BRZEZINSKI, I. **Mesa Redonda: A formação de professores na Universidade.** XI Encontro Nacional da Anfope. Florianópolis, SC: UFSC, 2002 (mimeo)

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores:** busca e movimento. Campinas, SP: Papirus, 1996.

COLOMBO, S.S. e colab. **Gestão Educacional. Uma nova visão.** Porto Alegre, RS: Artmed, 2004

D'AMBROSIO, V. **Educação para uma sociedade em transição.** Campinas, SP: Papirus, 1994

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** Relatório da Educação para o séc. XXI para a UNESCO, 1998

DEMO, P. Educação pela Pesquisa. São Paulo: Cortez, 1997

DEMO, P. Desafios modernos em Educação. São Paulo: Cortez, 2002

ESTRELA, A. Pedagogia, Ciência da Educação? Lisboa, Pt. Porto Editora, 1992

ESTRELA, M.T.(org). **Viver e construir a profissão docente.** Lisboa, Pt. Porto, 1997

FULAN, M e HARGREAVES, A. **A escola como organização aprendente.** Buscando uma educação de qualidade. 2 ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2000

GATTI, B.A. **formação de professores e carreira:** problemas e movimentos de renovação. Campinas, SP: Papirus, 1997

GUNS, B. A organização que aprende rápido. São Paulo: Futura, 1998

KECHIKIAN, A. Os filósofos e a educação. Lisboa, Pt: Colibri, 1993

LIBÂNEO, J.C. Democratização da Escola Pública. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1992

LUCKESI, C.C. Filosofia da Educação. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997

LUFT, H.M. (org). **Anais do IV Encontro Nacional de Educação.** E ciclo de Estudos sobre Educação Básica. UNIJUI, 2000.

LUZURIAGA, L. **História da Educação e da Pedagogia.** 4 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1995

MACHADO, N. J. Epistemologia e Didática. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1999

MARQUES, M.O. **A formação do profissional da Educação.** 2 ed. ljui, RS: unijui, 1998.

MORAES, M.C. **O Paradigma Educacional Emergente.** Campinas, SP: Papirus, 1997

MORIN, E. **Sete saberes necessários a educação do futuro.** São Paulo: Cortez/UNESCO, 2000

NÓVOA, A. Formação de Professores e Trabalho Pedagógico. Lisboa, PT: Educa, 2002

OLIVEIRA, D.A. **Gestão Democrática de Educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

OLIVEIRA, Z.de M. de. **A criança e seu desenvolvimento:** o alfabetismo como processo. São Paulo: Cortez, 1997

PARO, V.H. Gestão Democrática da Escola Publica. São Paulo: Atica, 1998

PERRENOUD, P. et al (org). Formando professores profissionais. Quais estratégias? Quais competências. 2 ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001

PIMENTA, S.G. O estágio na Formação do professor : unidade entre teoria e prática. São Paulo : Cortez, 1994.

ROPE, F. e TANGUYL (org). **Saberes e Competências.** O uso de tais noções na escola e na empresa. 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 1997

SANTOMÉ, J.T. Currículo oculto. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, B.S. **Um discurso sobre as ciências.**11 ed. Lisboa, Pt. Afrontamento, 1999. SAVIANI, D. **Nova Lei de Diretrizes e Bases.** São Paulo: Cortez, 1997

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988

SAVIANI, D. Escola e democracia. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1984.

VAZQUEZ, A.S. Filosofia da Práxis. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1990.